DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXXVIII

Florianópolis, 14 de julho de 1972

NUMERO 5.535

GOVERNO DO ESTADO

LEI N. 4.737, DE 30 DE JUNHO DE 1972

Cria cargos em comissão na Secretaria da Agricultura e dá outras providências

O Governador do Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Ficam criados, na Secretaria da Agricultura, os seguintes cargos em comissão:

I — No Gabinete do Secretário:

3 Assessores padrão CC-3
1 Diretor do Serviço de Segurança e Informações Padrão CC-3

II — Na Coordenação de Defesa Sanitária:

1 Coordenador padrão CC-1

III — Na Coordenação de Pesquisa Aplicada:

1 Coordenador padrão CC-1

IV — No Fundo Agropecuario:

1 Coordenador padrão CC-1

Art. 2º — Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder gratificações especiais em função da produtividade ou exercício aos técnicos Administrativos de Projetos, Chefes de Setores e Chefes de Seções, conforme a seguinte tabela:

I — Administrador de Projetos Cr\$ 1.080,00
II — Chefe de Setor Cr\$ 840,00
III — Chefe de Seção Cr\$ 480,00

Art. 3º — revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, em 30 de junho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES
Geraldo Gama Salles
Eugenio Lapagesse
Sergio Uchoa Rezende
Glaucio Olinger
Carlos Augusto Caminha
Hoyedo de Gouvêa Lins
Orlando Bertoli
Plinio Arlindo De Nês
Henrique Manoel Prisco Paraiso
Paulo Müller Aguiar
Marcelo Bandeira Maia
Cesar Amin Ghanem Sobrinho
Deiso Lanter Peret Antunes
Paulo Henrique Biasi

LEI N. 4.740, DE 28 DE JUNHO DE 1972

Dá nova denominação aos órgãos centrais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, extingue e cria cargos públicos e dá outras providências

O Governador do Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Os órgãos centrais da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, de que trata o art. 36, inciso III, alínea "a" da Lei n. 3.457, de 31 de dezembro de 1970, passam a ter a seguinte denominação:

a) — Coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento;
b) — Coordenação do Desenvolvimento Micro-Regional e Municipal;

c) — Coordenação de Estudos Econômicos;
d) — Coordenação de Pesquisas e Estatísticas.

Parágrafo único — Fica suprimida da estrutura da Secretaria a que se refere o artigo, a "Administração de Valores Mobiliários".

Art. 2º — Ficam transferidos aos órgãos mencionados nas letras "c" e "d" do artigo anterior, os recursos do orçamento da Secretaria do Desenvolvimento Econômico para o exercício de 1972 consignados, respectivamente, à Coordenação da Expansão Industrial e a Coordenação da Promoção das Exportações.

Parágrafo único — Em virtude do disposto no parágrafo único, do art. 1º, os recursos orçamentários para 1972, destinados à unidade mencionada, serão transferidos à Reserva de Contingência, a crédito da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, para eventual suplementação de dotações através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º — São extintos os cargos abaixo mencionados (I) e criados (II) os seguintes cargos, de provimento em comissão, todos com lotação na Secretaria do Desenvolvimento Econômico:

I) Situação Anterior

cargos extintos:

1 Diretor, CC-1 (da ex-Assessoria Municipal, criado pela Lei n. 3.770, de 17 de dezembro de 1965, or-

ção absorvido pela Secretaria do Desenvolvimento

Econômico, conforme art. 38 III, da Lei n. 4.547, de 31-12-1970) Cr\$ 1.800,00

1 Oficial de Gabinete, CC-10 (criado pela Lei n. 4.641, de 27-10-1971) Cr\$ 444,00

Cr\$ 2.244,00

II Situação Nova

cargos criados:

1 Assistente Técnico, CC-6 Cr\$ 740,00
3 Auxiliar de Pesquisa, CC-9 Cr\$ 1.440,00

Cr\$ 2.180,00

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, em 28 de junho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES

Geraldo Gama Salles

Eugenio Lapagesse

Sergio Uchoa Rezende

Glaucio Olinger

Carlos Augusto Caminha

Hoyedo de Gouvêa Lins

Orlando Bertoli

Plinio Arlindo De Nês

Henrique Manoel Prisco Paraiso

Paulo Müller Aguiar

Marcelo Bandeira Maia

Cesar Amin Ghanem Sobrinho

Deiso Lanter Peret Antunes

Paulo Henrique Biasi

LEI N. 4.746, DE 30 DE JUNHO DE 1972

Autoriza a abertura de crédito especial

O Governador do Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por conta da redução parcial da consignação 3.2.6.0, Reserva de Contingência, item 2601, da Contadoria Geral do Estado (Encargos Gerais), o crédito especial de Cr\$ 58.149,31 (cinquenta e oito mil, cento e quarenta e nove cruzeiros e trinta e um centavos), em favor da Secretaria da Fazenda (Contadoria Geral do Estado — Encargos Gerais), e destinado a atender despesas de exercícios anteriores, na forma abaixo discriminada:

1 — Adaga S/A — Comercio e Importação ..	1968	Cr\$ 3.829,50
2 — Agenor Martins	1970	Cr\$ 96,00
3 — Alice Silva Winckler	1970	Cr\$ 600,00
4 — Antônio Eneo dos Santos	1970	Cr\$ 2.532,00
5 — Antônio Merli Seleme	1970	Cr\$ 184,00
6 — Braulio Escobar Filho	1970	Cr\$ 180,00
7 — Caetano Pereira Machado	1970	Cr\$ 480,00
8 — Calixtrato A.F. da Cunha	1970	Cr\$ 92,46
9 — Claudio Venturini	1970	Cr\$ 600,00
10 — Cia. Catarinense de Telecomunicações	1970	Cr\$ 1.719,04
11 — Companhia Jensen, Agricultura Indus-		
tria e Comercio	1970	Cr\$ 753,03
12 — Dal Piva Colombi	1970	Cr\$ 51,50
13 — Danilo Zonta	1968	Cr\$ 607,20
14 — Délio Solon da Silveira	1970	Cr\$ 71,90
15 — Emir Bortoluzzi Souza	1960/70	Cr\$ 966,00
16 — Eugenio Berka	1970	Cr\$ 1.229,56
17 — Hospital de Caridade — Florianópolis	1970	Cr\$ 5.419,59
18 — Industria Brasileira de Aparelhos Dentá-		
rios "DABI" S/A	1970	Cr\$ 4.782,00
19 — Gastão Schwartz	1970	Cr\$ 1.874,00
20 — João Tanquella	1970	Cr\$ 600,00
21 — José Constâncio de Albuquerque	1966/69	Cr\$ 1.116,00
22 — Lauro Vieira de Andrade	1970	Cr\$ 180,00
23 — M. Daura & Cia.	1970	Cr\$ 902,88
24 — Meinicke S/A Industria e Comércio e Agri-		
cultura	1970	Cr\$ 3.382,50
25 — Ison Carlos Schuler	1970	Cr\$ 1.052,00
26 — Odilon Erico Groelich	1970	Cr\$ 792,00
27 — Oficina Eletrotécnica de Luiz Inocente	1969	Cr\$ 23,00
28 — Oscar Tasso Pinho	1970	Cr\$ 380,00
29 — Osvaldo Segundo de Oliveira	1970	Cr\$ 624,00
30 — Osmar Leitão Filho	1970	Cr\$ 290,00
31 — Placidio José Pereira	1970	Cr\$ 93,60
32 — Raul Thomaz de Souza	1970	Cr\$ 960,00
33 — Rio Branco Ltda. Empreendimentos ..	1970	Cr\$ 1.382,40
34 — Rhodia Industria Quimica e Textil S/A	1970	Cr\$ 1.564,76
35 — Rodolfo Alcalá Oropesa	1970	Cr\$ 113,00

36	— Rodolfo Valentino Schwab	1970	Cr\$	890,00
37	— Rovillo Pedro Crisa & Irmãos Ltda.	1970	Cr\$	99,90
38	— Rui Antônio Pressanto	1969/70	Cr\$	3.962,06
39	— Sebastião Pereira de Jesus	1970	Cr\$	720,00
40	— Silvio Lennert	1970	Cr\$	104,00
41	— Sociedade Abastecedora Santa Barbara Ltda.	1970	Cr\$	135,50
42	— Telmo Ramos Ribeiro	1970	Cr\$	258,00
43	— Telecomunicações de Santa Catarina	1970	Cr\$	307,58
44	— Tipografia Machado	1970	Cr\$	2.108,25
45	— Varig S/A Viação Aérea Rio Grandense	1970	Cr\$	8.688,10
46	— Willy Rothemburg	1970	Cr\$	1.350,00
Total geral				Cr\$ 58.149,31

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, em 30 de junho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES
Geraldo Gama Salles
Eugênio Lapagesse
Sérgio Uchôa Rezende
Glauco Olinger
Hoyedo de Gouvêa Lins
Orlando Bertoli
Carlos Augusto Caminha
Plínio Arlindo De Nês
Henrique Manoel Prisco Paraíso
Paulo Müller Aguiar
Marcelo Bandeira Maia
César Amin Ghanem Sobrinho
Delso Lanter Peret Antunes
Paulo Henrique Blasi

LEI N. 4.748, DE 30 DE JUNHO DE 1972

Altera as leis 4.380, de 21 de outubro de 1969 e 4.417, de 21 de janeiro de 1970, cria cargos no Tribunal de Contas e dá outras providências

O Governador do Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — O controle externo da administração financeira e orçamentária dos órgãos descentralizados, exercido pelo Tribunal de Contas, processar-se-á nos termos do § 5º, do artigo 79, da Constituição do Estado e de acordo com o disposto no artigo 46, da Lei 4.380 e as alterações introduzidas pela Lei 4.418, de 19 de janeiro de 1970, sem prejuízo da instituição de Delegações, segundo o disposto no § 2º, do artigo 81, da Constituição Estadual.

Art. 2º — Fica criado no quadro do Tribunal de Contas um cargo isolado de provimento em comissão de Diretor, padrão CC_1.
Parágrafo único — Os cargos a que se refere o artigo 4º, in fine, da lei n. 4.560, de 7 de janeiro de 1971, são elevados ao padrão imediatamente superior, mantida no mais a legislação própria.

Art. 3º — É alterado o Quadro Especial do Tribunal (Lei n. 4.417, de 21 de janeiro de 1970 e Lei n. 4.560, de 7 de janeiro de 1971) na forma seguinte:

- I — Carreira de Assessor Técnico Jurídico:
a) — Os padrões de vencimentos A, B e C passam, respectivamente, para os níveis 19, 20 e 21.
b) — Um cargo da classe B é elevado para a classe C.
- II — Carreira de Assessor Técnico Financeiro:
a) — Os padrões de vencimentos A, B e C passam, respectivamente, para os níveis 19, 20 e 21.

- III — Carreira de Oficial Instrutivo:
a) — As classes desta carreira passam a ser A, B, C, D e E correspondendo aos níveis 11, 12, 13, 14 e 15 respectivamente.
b) — O número de cargos de cada classe passa a ser o seguinte:
6 — E
6 — D
10 — C
10 — B
10 — A

§ 1º — Os cargos vagos em razão deste artigo serão providos por enquadramento dos atuais ocupantes de cargos isolados extintos quando vagarem, do quadro anterior do Tribunal de Contas, de Assistente Técnico Instrutivo TC-13 e de Oficial Instrutivo TC-11.

§ 2º — O enquadramento e readaptação previstos neste artigo serão efetuados por apostila declaratória da nova situação, segundo critérios que forem aprovados pelo Tribunal, à vista de requerimento do interessado formulado no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º — Os funcionários efetivos que tenham prestado serviços nas antigas Juntas de Controle, por período igual ou superior a 5 anos, poderão requerer readaptação e enquadramento em cargos do Quadro Especial do Tribunal de Contas, no prazo de sessenta dias, desde que preencham os requisitos de habilitação previstos na Lei n. 4.417, de 21 de janeiro de 1970 e para os quais não haja candidato aprovado em concurso, ou servidor com direito a acesso.

Art. 5º — As despesas desta Lei serão atendidas pelas dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas à conta da Reserva de Contingência.

Art. 6º — Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 44, 45, 47, 48, 49 e 50 da lei n. 4.380, de 21 de outubro de 1970.

Florianópolis, em 30 de junho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES
Geraldo Gama Salles
Eugênio Lapagesse
Sérgio Uchôa Rezende
Glauco Olinger
Carlos Augusto Caminha
Hoyedo de Gouvêa Lins
Orlando Bertoli
Plínio Arlindo De Nês
Henrique Manoel Prisco Paraíso
Paulo Müller Aguiar
Marcelo Bandeira Maia
César Amin Ghanem Sobrinho
Delso Lanter Peret Antunes
Paulo Henrique Blasi

LEI N. 4.753, DE 30 DE JUNHO DE 1972

Autoriza a alienação de imóvel

O Governador do Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o imóvel de sua propriedade, situado à rua Candelária, n. 69, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º — O Poder Executivo poderá desapropriar por compra, permuta ou doação, um imóvel de melhor localização, na mesma cidade do Rio de Janeiro, que se destinará a alojamento das unidades administrativas, referidas na Lei n. 4.547, de 31 de dezembro de 1970.

Art. 3º — Poderá o Poder Executivo abrir, por conta dos recursos disponíveis, créditos especiais até o valor do produto obtido com a venda do imóvel de que trata o artigo 1º e destinados a execução do constante da parte "in fine", do artigo 2º.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, em 30 de junho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES
Geraldo Gama Salles
Eugênio Lapagesse
Sérgio Uchôa Rezende
Glauco Olinger
Hoyedo de Gouvêa Lins
Orlando Bertoli
Carlos Augusto Caminha
Plínio Arlindo De Nês
Henrique Manoel Prisco Paraíso
Paulo Müller Aguiar
Marcelo Bandeira Maia
Cesar Amin Ghanem Sobrinho
Delso Lanter Peret Antunes
Paulo Henrique Blasi

LEI N. 4.755, DE 30 JUNHO DE 1972

Declara de utilidade pública

O Governador do Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — É declarado de utilidade pública o Clube Universitário, com sede e fóro na cidade de Timbó.

Art. 2º — A entidade referida no artigo anterior ficam asseguradas todas as prerrogativas e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, em 30 de junho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES
Geraldo Gama Salles
Eugênio Lapagesse
Sérgio Uchôa Rezende
Glauco Olinger
Hoyedo de Gouvêa Lins
Orlando Bertoli
Carlos Augusto Caminha
Plínio Arlindo De Nês
Henrique Manoel Prisco Paraíso
Paulo Müller Aguiar
Marcelo Bandeira Maia
Cesar Amin Ghanem Sobrinho
Delso Lanter Peret Antunes
Paulo Henrique Blasi

LEI N. 4.756, DE 30 DE JUNHO DE 1972

Declara de utilidade pública

O Governador do Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a "Sociedade Recreativa 3 de Maio", localizada em Capivari de Baixo, com sede e fóro no Município de Tubarão.

Art. 2º — A entidade referida no artigo anterior ficam asseguradas todas as prerrogativas e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, em 30 de junho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES
Geraldo Gama Salles
Eugênio Lapagesse
Sérgio Uchôa Rezende
Glaucio Olinger
Hoyedo de Gouvêa Lins
Orlando Bertoli
Carlos Augusto Caminha
Plínio Arlindo De Nês
Henrique Manoel Prisco Paraiso
Paulo Müller Aguiar
Marcelo Bandeira Maia
Cesar Amin Ghanem Sobrinho
Delso Lanter Peret Antunes
Paulo Henrique Blasi

x

LEI N. 4.757, DE 30 DE JUNHO DE 1972

Declara de utilidade pública

O Governador do Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a Associação dos Funcionários da Caixa Econômica Estadual de Santa Catarina, com sede e fóro na cidade de Florianópolis.

Art. 2º — A Associação dos Funcionários da CEESC ficam asseguradas todas as vantagens e prerrogativas estabelecidas na legislação vigente.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, em 30 de junho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES
Geraldo Gama Salles
Eugênio Lapagesse
Sérgio Uchôa Rezende
Glaucio Olinger
Hoyedo de Gouvêa Lins
Orlando Bertoli
Carlos Augusto Caminha
Plínio Arlindo De Nês
Henrique Manoel Prisco Paraiso
Paulo Müller Aguiar
Marcelo Bandeira Maia
Cesar Amin Ghanem Sobrinho
Delso Lanter Peret Antunes
Paulo Henrique Blasi

x

LEI N. 4.758, DE 30 DE JUNHO DE 1972

Dá denominação a Escola Isolada

O Governador do Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica denominada Escola Isolada Colônia Santo Antônio a escola da localidade de Cochos, distrito e município de Major Vieira.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, em 30 de junho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES
Geraldo Gama Salles
Eugênio Lapagesse
Sérgio Uchôa Rezende
Glaucio Olinger
Hoyedo de Gouvêa Lins
Orlando Bertoli
Carlos Augusto Caminha
Plínio Arlindo De Nês
Henrique Manoel Prisco Paraiso
Paulo Müller Aguiar
Marcelo Bandeira Maia
Cesar Amin Ghanem Sobrinho
Delso Lanter Peret Antunes
Paulo Henrique Blasi

LEI N. 4.759, DE 30 DE JUNHO DE 1972

Declara de utilidade pública

O Governador do Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — É declarado de utilidade pública o Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador, com sede e fóro na mesma cidade.

Art. 2º — A entidade acima mencionada ficam assegurados todos os direitos e prerrogativas previstos em lei.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, em 30 de junho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES
Geraldo Gama Salles
Eugênio Lapagesse
Sérgio Uchôa Rezende
Glaucio Olinger
Hoyedo de Gouvêa Lins
Orlando Bertoli
Carlos Augusto Caminha
Plínio Arlindo De Nês
Henrique Manoel Prisco Paraiso
Paulo Müller Aguiar
Marcelo Bandeira Maia
Cesar Amin Ghanem Sobrinho
Delso Lanter Peret Antunes
Paulo Henrique Blasi

x

LEI N. 4.761, DE 30 DE JUNHO DE 1972

Declara de utilidade pública

O Governador do Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a "Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade", com sede e fóro na cidade de Joaçaba.

Art. 2º — A entidade acima referida ficam asseguradas todas as vantagens e prerrogativas estabelecidas em lei.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, em 30 de junho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES
Geraldo Gama Salles
Eugênio Lapagesse
Sérgio Uchôa Rezende
Glaucio Olinger
Hoyedo de Gouvêa Lins
Orlando Bertoli
Carlos Augusto Caminha
Plínio Arlindo De Nês
Henrique Manoel Prisco Paraiso
Paulo Müller Aguiar
Marcelo Bandeira Maia
Cesar Amin Ghanem Sobrinho
Delso Lanter Peret Antunes
Paulo Henrique Blasi

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N/SEJ — 4-7-72/406

O Governador do Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 3.389, de 27 de dezembro de 1963, combinada com a Lei n. 4.575, de 30 de junho de 1971, tendo em vista o Parecer n. 6.444-34/72 da Consultoria Jurídica do Estado,

D E C R E T A :

Art. 1º — É concedida a Emilia Nasário Luiz, egressa do Hospital Colônia Santa Tereza, residente no município de Capivari, neste Estado, a pensão mensal no valor de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros).

Art. 2º — A pensão a que se refere este Decreto cessará se a egressa retornar ao internamento na Colônia Santa Tereza por sua morte ou pela cessação do estado de pobreza.

Art. 3º — O pagamento da cota familiar referente a seu filho cessará com a maioridade do mesmo, o que se dará para: Reinaldo Luiz em 28-9-1989.

Art. 4º — A Secretaria da Fazenda emitirá ficha de controle da pensão a que se refere este Decreto, fazendo cessar os pagamentos com a superveniência das causas acima referidas.

Parágrafo único — As fichas de controle serão emitidas em duplicata, uma para a repartição central, outra para a exatora pagadora.

Art. 5º — A Secretaria da Fazenda, através dos órgãos pagadores do Tesouro do Estado, exigirá dos beneficiários, semestralmente, a

caderneta de saúde expedida pelo Serviço de Leprosia do Estado, devidamente anotada e anualmente atestado de vida e residência.

Art. 6º — Os benefícios do presente Decreto correrão por conta da verba 3232, item 2306, consignada ao Tesouro do Estado, Encargos Gerais do Orçamento Vigente.

Art. 7º — O presente Decreto e os benefícios dele decorrentes, entrarão em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, em 4 de julho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES
Geraldo Gama Salles

DECRETO N SEJ — 4 7 72/N. 407

O Governador do Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 3.389, de 27 de dezembro de 1963, combinada com a Lei n. 4.575, de 30 de junho de 1971, e tendo em vista o Parecer n. 6021-139/71, da Consultoria Jurídica do Estado,

DECRETA :

Art. 1º — É concedida a Miguel Busdêga, egresso do Hospital Colônia Santa Tereza, residente em Itaiópolis, neste Estado, a pensão mensal de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros) e acessoriamente a quantia de Cr\$ 7,00 (sete cruzeiros) devida pela existência de um dependente, perfazendo o total de Cr\$ 127,00 (cento e vinte e sete cruzeiros).

Art. 2º — A pensão a que se refere este decreto cessará:

I — Quanto ao beneficiário em caso de morte, reinternamento no Hospital Colônia Santa Tereza ou cessação do estado de pobreza;

II — quanto a sua esposa, Rosa Jurquewicz Busdêga, pela cessação do estado de pobreza.

Art. 3º — O beneficiário supra a fim de receber sua pensão deve providenciar sua caderneta de saúde expedida pelo Serviço de Leprosia do Estado e ainda é obrigado a comparecer semestralmente à unidade de Leprosia do Estado ou do Serviço Nacional de Leprosia mais próximo de sua residência para a devida revisão leproológica.

Art. 4º — A Secretaria da Fazenda, através dos órgãos pagadores do Tesouro do Estado, exigirá semestralmente do beneficiário, atestado de vida e residência, o documento referido no artigo anterior, bem como emitirá fichas de controle da pensão a que se refere este decreto, fazendo cessar os pagamentos com a superveniência das causas acima referidas.

Parágrafo único — As fichas de controle serão emitidas em duplicata, uma para a repartição central, outra para a exatoria pagadora.

Art. 5º — O presente benefício tem vigência a partir da publicação do presente Decreto.

Art. 6º — As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta da verba 3232, item 2306 do Orçamento Vigente.

Art. 7º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, em 4 de julho de 1972.

COLOMBO MACHADO SALLES
Geraldo Gama Salles

x

Decreto P/3.171/SEF, de 29 de junho de 1972

O Governador do Estado no uso de suas atribuições, resolve remover a pedido, de conformidade com o artigo 64, item II, da lei n. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, Walfrido Granemann, ocupante do cargo de Auxiliar de Exatoria PF-5, da Exatoria de Ponte Alta, para o Posto de Arrecadação de Timbó Grande.

Decreto P/3.265/SEF, de 5 de julho de 1972

O Governador do Estado no uso de suas atribuições e atendendo ao disposto no artigo 2º, da lei n. 4.721, de 14 de junho de 1972, resolve enquadrar Luiz Gonzaga Polli, no cargo da classe PF-13 da carreira de Fiscal Auxiliar de Tributos Estaduais, do Quadro Geral

do Poder Executivo, para ter exercício na 2ª Sub-Região, da 10ª Inspeção Regional de Tributos Estaduais, com sede em Bom Retiro, Secretaria da Fazenda (Reproduzido por incorreção).

Decreto P/3.782/SSI, de 30 de setembro de 1971

O Governador do Estado no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo n. 597/71, resolve conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 99, item III e 100, item I, letra "c" da lei n. 4.425, de 16 de fevereiro de 1971, a Natalcio Vieira no cargo da classe PF-5, da carreira de Motorista, do Quadro Geral do Poder Executivo, lotado na Delegacia de Furtos, Roubos e Defraudações, Secretaria de Segurança e Informações, com os proventos de Lei. (Reproduzido por incorreção)

SECRETARIAS DE ESTADO

ADMINISTRAÇÃO

Portaria n. 022, de 11 de julho de 1972

O Secretário da Administração no uso de suas atribuições resolve designar o Bel. Onildo Costa, Coordenador do Sistema de Mate-

rial, Antônio Mansueto de Almeida Coelho, Diretor de Legislação e Normas da Coordenação do Sistema de Pessoal e Everaldo Barzan para, sob a presidência do primeiro comporem a comissão destinada à elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1973, desta Secretaria de Estado, observando o Decreto n. SEF—12.06.72/348.

Portaria n. 023, de 11 de julho de 1972

O Secretário da Administração no uso de suas atribuições e tendo em vista o que preceitua o Decreto N/SEA—17.03.72/76, resolve designar o Bel. Rafael Melquiades Elias, Coordenador do Sistema de Pessoal, em exercício, para na qualidade de representante desta Secretaria de Estado, supervisionar a realização das provas referentes ao concurso para provimento do cargo de Técnico em Contabilidade, aberto pelo edital de 08.05.72, da UDESC.

APOSTILA

No título de nomeação de Laci Maria Medeiros, ocupante do cargo de Escrivão de Polícia de III classe, PF—14, integrante do Grupo Ocupacional Policial da Secretaria de Segurança e Informações foi apostilado o seguinte: "O portador do presente título passa a exercer a contar de 30 de dezembro de 1971, de acordo com o artigo 6º da lei n. 4.702, de 30 de dezembro de 1971, o cargo de Escrivão de Polícia de II classe PF-15 do Quadro Geral do Poder Executivo, lotado na Secretaria da Segurança e Informações". Secretaria da Administração, em Florianópolis, 28 de abril de 1972. (Ass.) Eugênio La. pagesse, Secretário.

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

Resumo de termo de contrato entre o Estado e a srta. Elizabeth da Costa, em 06.07.72

Representando o Estado no ato — sr. Rafael Melquiades Elias.
Nome da contratada — Elizabeth da Costa.
Nacionalidade — brasileira.
Função — Escriturária Datilógrafa.
Repartição — Divisão de Serviços Auxiliares — Secretaria da Educação.
Remuneração — Cr\$ 210,00 (mensais).
Verba — 1.112/08.
Duração — 31.12.72.
Vigência — 1º.1.72.

Resumo de termo de contrato entre o Estado e a srta. Lúcia Helena Godinho, em 06.07.72

Representando o Estado no ato — sr. Rafael Melquiades Elias.
Nome da contratada — Lúcia Helena Godinho.
Nacionalidade — brasileira.
Função — Auxiliar de Técnica de Educação.
Repartição — Divisão de Serviços Auxiliares — Secretaria de Educação.
Remuneração — Cr\$ 320,00 (mensais).
Verba — 1.112/08.
Duração — 31.12.72.
Vigência — 1º.02.72.

EDITAL DE CONVOCACÃO PARA AS PROVAS DE PORTUGUÊS E MATEMÁTICA DO CONCURSO DE VIGILANTE DO QUADRO GERAL DO PODER EXECUTIVO

Ficam, os candidatos aprovados no teste Psicotécnico, do concurso para preenchimento de cargos da classe inicial da carreira de Vigilante, do Quadro Geral do Poder Executivo, constantes da relação anexa, convocados para as provas de Português e Matemática, a serem realizadas no IIº andar do Edifício das Diretorias,

rua Tenente Silveira, no dia 17 de julho com início às 14,00 horas.

Relação

- 1 — Orlando Vieira
 - 2 — Aldoino Natalício de Andrade.
 - 3 — Erivelto do Nascimento
 - 4 — Paulo Vicente de Melo
 - 5 — Edson Goes Rabelo
 - 6 — Ademar Marcos de Avila
 - 7 — Germano Benoni Scherer
 - 8 — Roberval da Silva
 - 9 — Vilmar Artur Jacinto
 - 10 — Bento Pedro Simão
 - 11 — Humberto Manoel Martins
 - 12 — Nivalter do Espírito Santo
 - 13 — Osvaldo Francisco Eleutério
 - 14 — Aurino Nestor de Mello
 - 15 — Moaci Sabino Souza
 - 16 — Valci Silveira
 - 17 — Manoel Fernandes de Souza.
 - 18 — Azildo Santino da Silva.
 - 19 — Nerondino Gonçalves da Silva
 - 20 — Paulo Roberto da Cunha.
 - 21 — Leonardo Francisco Xavier
 - 22 — Milton Bueno da Silva
 - 23 — Edson Carpes
 - 24 — Lindomar Abreu Nunes
 - 25 — José Manoel da Costa
 - 26 — Ruberval Cysne Coelho
 - 27 — Osvaldo Schnorr
 - 28 — Laci Januário
 - 29 — Héleno Emílio Vieira
 - 30 — Valcey José Cunha
- Florianópolis, 10 de julho de 1972.
- Alberto Schmidt, Chefe de Gabinete.

RELATORIO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

SEA — 05.06.72/31

O Secretário de Estado da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n. N—SEA—23.11.71/n. 1.192, exarou o seguinte despacho nos processos a seguir relacionados:

INDEFIRO

N. de ordem — N. do processo — Interessado — Objeto

- 01 — 2.075 — Alfredo Eduardo Pires — Aposentadoria.
 - 02 — 0094 — Maria Adelia G. da Costa — Idem.
 - 03 — 5.002 — Irene de Souza Soares — Averbção de tempo de serviço.
 - 04 — 0828 — Iva Silveira Feijó — Idem.
 - 05 — 2.557 — Nelson Wehrmeister — Idem.
 - 05 — 3.805 — Selene Maria Bitencourt — Licença sem vencimentos.
 - 07 — 0072 — Irineu Aloísio Gesser — Enquadramento.
 - 08 — 0018 — Osvaldo Penedo — Designação em caráter permanente.
 - 09 — 9.288 — Orlando Brasília de Araújo — Reconsideração de enquadramento.
 - 10 — 0069 — Simão Adolfo Stahelin e outros — Adicional de Leprosia.
 - 11 — 2.195 — Helena Richard — Apostila.
 - 12 — 13.319 — Walda Pereira Baixo — Aulas Ministradas.
 - 13 — 0375 — Emília Blunck — Especialidade.
 - 14 — 0947 — Iolanda Trevisani — Proventos de aposentadoria.
 - 15 — 1.050 — Aloacir Silva — Readmissão ao cargo.
 - 16 — 0340 — Maria Lígia Burligo — Acesso no padrão.
- Secretaria da Administração, em Florianópolis, 5 de junho de 1972.
- Alberto Schmidt, Chefe de Gabinete.

EDUCAÇÃO

Portaria E/SEE — N. 71

O Secretário de Estado da Educação no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe confere o Decreto N. SF. 13.06.67/5.467, resolve aprovar o contrato de locação que entre si fazem a Secretaria de Estado da Educação e a União Catarinense de Educação, referente ao prédio sito à rua Marechal Deodoro, n. 150, na cidade de Caçador, que se destina ao funcionamento do Colégio Secundário Estadual "Dom Orlando Dotti".

Florianópolis, 28 de junho de 1972.

Espiridião Amim Helou Filho, pelo Professor Carlos Augusto Caminha, Secretário.

Térmo de contrato de locação do prédio sito à rua Marechal Deodoro, n. 150, na cidade de Caçador, que entre si fazem o Governo do Estado de Santa Catarina e a União Catarinense de Educação, na forma abaixo:

Locador — União Catarinense de Educação, devidamente representada pelo senhor Osvaldo Miguel Müller.

Locatário — Governo do Estado de Santa Catarina devidamente representado pelo senhor Professor Carlos Augusto Caminha, Secretário da Educação.

Objeto — Locação do prédio sito à rua Marechal Deodoro, n. 150, na cidade de Caçador, que se destina ao funcionamento do Colégio Secundário Estadual "Dom Orlando Dotti".

Prazo — O prazo da locação do prédio é de um ano a partir de 01.01.72 à 31.12.72.

Verba — Correrá a despesa correspondente ao exercício de 1972 pela verba 1423 — Departamento de Ensino Médio — SEE.

Aluguel — O aluguel mensal é de quinhentos e sessenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 565,00), sendo o pagamento desta importância efetuado pela Exatoria Estadual de Caçador.

Confere com o original: Em 30-06-72.

Rosemeri da R. Martins, Chefe da Seção de Loc. Imóveis.

Visto: 30-06-1972. Humberto J. Tomasini, diretor da div. serv. gerais. (4051)

Portaria E/SEE — N. 72

O Secretário de Estado da Educação no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe confere o Decreto N. SF. 13.06.67/5.467, resolve aprovar o contrato de locação que entre si fazem a Secretaria de Estado da Educação e ao sr. José Rossetti Neto, referente ao prédio sito à rua Almirante Barroso, s/n, na cidade de Catanduvas, que se destina ao funcionamento do Curso Básico II da Escola Básica "Irmã Wienfrida".

Florianópolis, 28 de junho de 1972.

Espiridião Amim Helou Filho, pelo Professor Carlos Augusto Caminha, Secretário.

Térmo de contrato de locação do prédio sito à rua Almirante Barroso, na cidade de Catanduvas, que entre si fazem o Governo do Estado de Santa Catarina e o senhor José Rossetti Neto, na forma abaixo:

Locador — José Rossetti Neto. Locatário — Governo do Estado de Santa Catarina devidamente representado pelo senhor Professor Carlos Augusto Caminha, Secretário da Educação.

Objeto — Locação do prédio sito à rua Almt. Bardoso, s/n, na cidade de Catanduvas, que se destina ao funcionamento de 4 Salas de aula do Curso Básico II da Escola Básica "Irmã Wienfrida".

Prazo — O prazo da locação do prédio é de 10 meses a partir de 01.03.72 à 31.12.72.

Verba — Correrá a despesa correspondente ao exercício de 1972, pela verba 1423 — Departamento de Ensino Médio — SEE.

O aluguel mensal é de duzentos e dez cruzeiros (Cr\$ 210,00), sendo o pagamento desta importância efetuada pela Exatoria Estadual de Catanduvas.

Confere com o original: Em 30-06-72.

Rosemeri da R. Martins, Chefe da Seção de Loc. Imóveis.

Visto: 30-06-1972.

Humberto J. Tomasini, diretor da div. serv. gerais. (4059)

Portaria E/SEE — N. 73

O Secretário de Estado da Educação no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe confere o Decreto N. SF. 13.06.67/5.467, resolve aprovar o contrato de locação que entre si fazem a Secretaria de Estado da Educação e a senhora Maria Antonieta Praun Schaeffer, referente ao prédio sito à rua Andrade Müller, Vila Operária, município de Itajaí, que se destina ao funcionamento da Escola de Excepcionais "Nossa Senhora da Paz".

Florianópolis, 28 de junho de 1972.

Espiridião Amim Helou Filho, pelo Professor Carlos Augusto Caminha, Secretário.

Térmo de contrato de locação do prédio sito à rua Andrade Müller, Vila Operária, município de Itajaí, que entre si fazem o Governo do Estado de Santa Catarina e a senhora Maria Antonieta Praun Schaeffer, na forma abaixo:

Locador — Maria Antonieta Praun Schaeffer, devidamente representada pelo senhor Orlando Hugo Praun.

Locatário — Governo do Estado de Santa Catarina devidamente representado pelo senhor Professor Carlos Augusto Caminha, Secretário da Educação.

Objeto — Locação do prédio sito à rua Andrade Müller, Vila Operária, município de Itajaí, que se destina ao funcionamento da Escola de Excepcionais "Nossa Senhora da Paz".

Prazo — O prazo de locação do prédio é de 5 meses a partir de 01.01.72 à 31.05.72.

Verba — Correrá a despesa correspondente ao exercício de 1972 pela verba 1423 — Divisão de Ensino Básico I — SEE.

Aluguel — O aluguel mensal é de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00), sendo o pagamento desta importância efetuado pela Exatoria Estadual de Balneário Camboriú.

Visto: Em 30-06-72.

Humberto J. Tomasini, diretor da Div. Serv. Gerais.

Confere com o original: Em 30-06-72.

Rosemeri da R. Martins, Chefe da Seção de Loc. Imóveis. (4058)

Portaria E/SEE — N. 74

O Secretário de Estado da Educação no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe confere o Decreto N. SF. 13.06.67/5.467, resolve aprovar o contrato de locação que entre si fazem a Secretaria de Estado da Educação e os srs. Clóvis e Guido Gaertner, referente ao prédio sito à Avenida Aristiliano Ramos, n. 28, na cidade de Rio do Sul, que se destina ao funcionamento da Escola Profissional Feminina "Ela Dorigatti".

Florianópolis, 28 de junho de 1972.

Espiridião Amim Helou Filho, pelo Professor Carlos Augusto Caminha, Secretário.

Térmo de contrato de locação do prédio sito à Avenida Aristiliano Ramos, n. 28, na cidade de Rio do Sul, que entre si fazem o Governo do Estado de Santa Catarina e os srs. Clóvis Gaertner e Guido Gaertner, na forma abaixo:

Locador — Clóvis Gaertner e Guido Gaertner.

Locatário — Governo do Estado de Santa Catarina devidamente representado pelo senhor Professor Carlos Augusto Caminha, Secretário da Educação.

Objeto — Locação do prédio sito à Avenida Aristiliano Ramos, n. 28, na cidade de Rio do Sul, que se destina ao funcionamento da Escola Profissional Feminina "Ela Dorigatti".

Prazo — O prazo de locação do prédio é de onze (11) meses a partir de 01.02.72 à 31.12.72.

Verba — Correrá a despesa correspondente ao exercício de 1972 pela verba 1423 — Departamento de Ensino Especial.

Aluguel — O aluguel mensal é de setecentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 720,00), sendo o pagamento desta importância efetuado pela Exatoria Estadual de Rio do Sul.

Visto: Em 30-06-72. Humberto J. Tomasini, diretor da Div. Serv. Gerais.

Confere com o original: Em 30-06-72.

Rosemeri da R. Martins, Chefe da Seção de Loc. Imóveis. (4057)

Portaria E/SEE — N. 75 de 18 de junho de 1972

O Secretário de Estado da Educação no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe confere o Decreto N. SF. 13.06.67/5.467, resolve aprovar o contrato de locação que entre si fazem a Secretaria de Estado da Educação e o Padre Tarcísio Dalsenter, referente ao prédio sito em Vila Nova, no município de Ponte Alta, que se destina ao funcionamento de duas (2) classes do Grupo Escolar "Irmã Gertrudes".

Florianópolis, 28 de junho de 1972.

Espiridião Amim Helou Filho, pelo Professor Carlos Augusto Caminha, Secretário.

Térmo de contrato de locação do prédio sito em Vila Nova, município de Ponte Alta, que entre si fazem o Governo do Estado de Santa Catarina e o Padre Tarcísio Dalsenter, na forma abaixo:

Locador — Padre Tarcísio Dalsenter devidamente representado pelo senhor Gilberto Zart.

Locatário — Governo do Estado de Santa Catarina devidamente representado pelo senhor Professor

Carlos Augusto Caminha, Secretário da Educação.

Objeto — Locação do prédio sito em Vila Nova, município de Ponte Alta, que se destina ao funcionamento de duas (2) classes do G. E. "Irmã Gertrudes".

Prazo — O prazo de locação do prédio é de 10 (dez) meses a partir de 01.03.72 a 31.12.72.

Verba — Correrá a despesa correspondente ao exercício de 1972 pela verba 1423 — Divisão de Ensino Básico I — SEE.

Aluguel — O aluguel mensal é de cento e quarenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 144,00), sendo o pagamento desta importância efetuado pela Exatoria Estadual de Ponte Alta.

Visto: 30-06-1972. Humberto J. Tomasini, diretor da div. serv. gerais.

Confere com o original: Em 30-06-72.

Rosemeri da R. Martins, Chefe da Seção de Loc. Imóveis. (4052)

FAZENDA

COORDENADORIA DO TESOURO DO ESTADO

Portaria — P — 78, de 4 de julho de 1972

O Coordenador resolve designar: Hamilton Lemos do Prado, Escrivão PE-4 para responder pelo expediente da Exatoria de Ibiacaré, durante o impedimento do respectivo titular.

Portaria — P — 79, de 4 de julho de 1972

O Coordenador resolve designar: Maria Teresa V. Vieira, Assistente Instrutivo PE-13, para responder pela escrivanha da Exatoria de Jaraguá do Sul, durante o impedimento do respectivo titular.

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

Edital n. 10/72

Fica intimado o contribuinte Coop. Agrícola Mista Jaborá Ltda., estabelecida em Jaborá, neste Estado, com inscrição n. 18, de conformidade com o artigo 132 da Consolidação da Legislação Tributária, e de acordo com a sistemática adotada pelo Departamento de Fiscalização, a tomar conhecimento de decisão proferida pelo Conselho Estadual de Contribuintes, através acórdão n. 2.414, de 07.11.69, que manteve parte da notificação n. 07609-A, de 12.07.69, no valor de Cr\$ 1.785,00.

Abre-se o prazo de 15 dias contados da data em que se considerar feita a intimação, para o pagamento do crédito lançado, devendo ser inscrito em dívida ativa, findo aquele prazo.

Divisão de Análise, 06 de julho de 1972.

Indio Jorge Zavarizi, diretor

Edital n. 11/72

Fica intimado o contribuinte Esperandino Zagonel, estabelecido em Jaborá, com inscrição n. 75, neste Estado, de conformidade com o artigo 132 da Consolidação da Legislação Tributária, e de acordo com a sistemática adotada pelo Departamento de Fiscalização, a tomar conhecimento da Decisão n. 33/69, que manteve a notificação n. 26659-A, emitida em 12.07.69, no valor de Cr\$ 492,05.

Abre-se o prazo de 15 dias contados da data em que se considerar feita a intimação, para o pagamento ou interposição de recurso ao Conselho Estadual de Contribuintes, devendo o crédito

lançado, ser inscrito em dívida ativa, findo aquele prazo.
Divisão de Análise, 06 de julho de 1972.

Indio Jorge Zavarizi, diretor.

DEPARTAMENTO CENTRAL DE COMPRAS

Tomada de preços n. 72/488

AVISO

O Departamento Central de Compras torna público, para conhecimento dos interessados, que receberá propostas de firmas habilitadas preliminarmente, nos ter-

mos do decreto G. 15.12.69.8.755, até às 15 horas do dia 23 de julho de 1972, para o fornecimento de material de incêndio e equipamentos, destinado ao Corpo de Bombeiros.

O edital encontra-se afixado na sede do Departamento Central de Compras, a Avenida Mauro Ramos n. 212, Florianópolis, onde serão prestados os esclarecimentos necessários e fornecidas cópias de edital.

Florianópolis, 06 de julho de 1972, João Jorge de Lima, pelo diretor geral. (2x1)

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

Expediente da sessão de 22 de fevereiro de 1972

DOCUMENTOS DEFERIDOS — FIRMAS INDIVIDUAIS

Nome — Local — n reg — capital

- Walter Freitas — Cancelamento — Araranguá — 82.095 — Cr\$ 3.000,00.
- Wilson Ribeiro — Nesta — 82.096 — Cr\$ 3.000,00.
- Irineu Benjamin Alves — Itajaí — 82.097 — Cr\$ 3.000,00.
- Oiorina Varela Stanck — A. Garibaldi — 82.098 — Cr\$ 3.000,00.
- Emílio Dal'Agnolo — Blumenau — 82.099 — Cr\$ 1.000,00.
- Abel F. Borolon — Caçador — 82.100 — Cr\$ 7.000,00.
- Lauro Randig — Nesta — 82.101 — Cr\$ 1.000,00.
- Aldori dos Santos — Lages — 82.102 — Cr\$ 8.000,00.
- Pedro Sebastião Rosa — G.C. Ramos — 82.103 — Cr\$ 2.000,00.
- Nelson Schweske — Petrolândia — 82.104 — Cr\$ 5.000,00.
- Dodolfo Damelli (alteração) — Vargeão — 82.105 — Cr\$ 40.000,00.
- Crescencio Coelho de Oliveira — Imbituba — 82.106 — Cr\$ 2.000,00.
- Jovino Manoel Miranda — G.C. Ramos — 82.107 — Cr\$ 2.000,00.
- Nelson Kung — Blumenau — 82.108 — Cr\$ 1.000,00.
- Victor Mueller — Blumenau — 82.109 — Cr\$ 1.000,00.
- Evaldo José Guesser — Blumenau — 82.110 — Cr\$ 2.000,00.
- Erotides Agostinho de Medeiros — Palhoça — 82.111 — Cr\$ 2.000,00.
- Amazilda Mendes Madeira — S.F. do Sul — 82.112 — Cr\$ 10.000,00.
- Emília Jorge Ribeiro — Nesta — 82.113 — Cr\$ 1.500,00.
- Almeri Antônio Pavel — Criciúma — 82.114 — Cr\$ 2.000,00.
- Valdomiro Petri — Nesta — 82.115 — Cr\$ 5.000,00.
- A. J. Mattos — Nesta — 82.116 — Cr\$ 10.000,00.
- Amaro M. Felipe — Curitiba — 82.117 — Cr\$ 10.000,00.
- Zilma Chaves Dias — Curitiba — 82.118 — Cr\$ 6.000,00.
- Edwaldo da Silva — Garopaba — 82.119 — Cr\$ 6.000,00.
- Erlei Eschenbach — Blumenau — 82.120 — Cr\$ 2.000,00.
- Valdira Leopoldina de Medeiros — Palhoça — 82.121 — Cr\$ 2.000,00.
- Nilo Mafra — Biguaçu — 82.122 — Cr\$ 1.000,00.
- Azair Miranda Soares — G.C. Ramos — 82.123 — Cr\$ 3.000,00.
- Ricardo Roncaglio — Blumenau — 82.124 — Cr\$ 2.000,00.
- Pedro Martins — Criciúma — 82.125 — Cr\$ 1.000,00.
- Adília Rodrigues Zepelini (cancel.) — São José — 82.126 — Cr\$ 2.000,00.
- Samuel da Costa Andrade — Palhoça — 82.127 — Cr\$ 2.000,00.
- Gonçalves Nunes — Nesta — 82.128 — Cr\$ 2.000,00.
- Benta Maria Pires — S.F. Sul — 82.129 — Cr\$ 500,00.
- Francisco Dorval da Silva — Biguaçu — 82.130 — Cr\$ 2.000,00.
- José G. da Rocha Filho — Blumenau — 82.131 — Cr\$ 1.000,00.
- Nelson Sens — Ituporanga — 82.132 — Cr\$ 20.000,00.
- Avelino Branco — Urussanga — 82.133 — Cr\$ 1.000,00.
- Egon Rudy Nels — Romelândia — 82.134 — Cr\$ 10.000,00.
- Cecilio Manoel da Silva — Armazém — 82.135 — Cr\$ 10.000,00.
- Júlio Osmar do Nascimento — Blumenau — 82.136 — Cr\$ 2.000,00.
- Mercedes Rodrigues Pereira — Tubarão (alteração) — 82.137 — Cr\$ 5.000,00.
- Soli Schwalb — Lages — 82.138 — Cr\$ 5.000,00.
- Ingrid Halm — Itapema — 82.139 — Cr\$ 10.000,00.
- Dilzo Bathazzar da Silveira — Nesta — 82.140 — Cr\$ 4.000,00.
- Verissimo José da Silva — Criciúma — 82.141 — Cr\$ 3.000,00.
- Salomão Bittencourt — Armazém — 82.142 — Cr\$ 1.000,00.
- Pedro Antônio Felisbino — Armazém — 82.143 — Cr\$ 2.000,00.
- Gertrudes Faes — Rio do Sul — 82.144 — Cr\$ 500,00.
- Waltrnd Heuschel — S.B. do Sul — 82.145 — Cr\$ 10.000,00.
- Benony da Silva — Criciúma — 82.146 — Cr\$ 150.000,00.
- Erich Hopsch — Indaial — 82.147 — Cr\$ 1.000,00.

- Paulo Siebs — S.F. do Sul — 82.148 — Cr\$ 10.000,00.
 - Dalci Citadin — Lauro Müller — 82.149 — Cr\$ 3.000,00.
 - João Maria Martins — A. Garibaldi — 82.150 — Cr\$ 8.000,00.
 - Nelson José Menetrier — Caçador — 82.151 — Cr\$ 1.000,00.
 - Leonides Amboni — N. Veneza — 82.152 — Cr\$ 1.500,00.
 - Ana Pereira Soares — Araranguá — 82.153 — Cr\$ 4.000,00.
 - Pedro da Silva — Blumenau — 82.154 — Cr\$ 1.000,00.
 - Enlo Antônio Marques — Laguna — 82.155 — Cr\$ 5.900,00.
 - Wally Holz — Blumenau — 82.156 — Cr\$ 1.000,00.
 - Maria Máximo da Silva — Criciúma — 82.157 — Cr\$ 2.000,00.
 - Roberto Raunildo da Silva — Tubarão — 82.158 — Cr\$ 8.000,00.
 - Vilson Becker Favaro — Criciúma — 82.159 — Cr\$ 2.000,00.
 - Alcides Buzzi — Ituporanga — 82.160 — Cr\$ 8.000,00.
 - Max Damasceno da Silva — S.F. do Sul — 82.161 — Cr\$ 20.000,00.
 - Josef Müller — Camboriú — 82.162 — Cr\$ 5.000,00.
 - Manoel Zeferino Silveira — L. Müller — 82.163 — Cr\$ 1.000,00.
 - Luiz Vicente Beite — Vargeão — 82.167 — Cr\$ 12.000,00.
 - Pedro Manoel de Souza — São José — 82.165 — Cr\$ 2.000,00.
 - Antônio Coelho Borges — Lages — 82.166 — Cr\$ 5.000,00.
 - Rubens Belizario Vede — Blumenau — 82.167 — Cr\$ 1.000,00.
 - Janete Francisco Vicente — Araranguá — 82.168 — Cr\$ 3.000,00.
 - Luiz D. Merilo (alteração) — H. D'Oeste — 82.169 — Cr\$ 6.000,00.
 - Ernesto Antônio de Souza — Blumenau — 82.170 — Cr\$ 1.000,00.
 - Bento Oliveira Andrade — São Joaquim — 82.171 — Cr\$ 1.000,00.
 - Cleobulo Serratine — Nesta — 82.172 — Cr\$ 10.000,00.
 - Ivone Viganó Casagrande — Caçador — 82.173 — Cr\$ 10.000,00.
 - Antônio Corrêa — Camboriú — 82.174 — Cr\$ 3.000,00.
 - Pedro João Farias (cancelamento) — Lages — 82.175 — Cr\$ 1.000,00.
 - Heitor Gonzaga Climaco — Blumenau (cancelado) — 82.176 — Cr\$ 1.000,00.
 - Ivo Milton Olsen (cancelamento) — Mafra — 82.177 — Cr\$ 80.000,00.
 - Hélio Antônio Pereira (alteração) — Tubarão — 82.178 — Cr\$ 50.000,00.
 - Natalla Souza de Oliveira — S.F. Sul — 82.179 — Cr\$ 2.000,00.
 - Pedro Vieira — Blumenau — 82.180 — Cr\$ 2.000,00.
 - Otávio José Gomes — Joinville — 82.181 — Cr\$ 2.000,00.
 - Sebastião Eduardo Vieira — S.A. Imperatriz — 82.182 — Cr\$ 1.200,00.
 - Egon Rudy Nels — Romelândia — 82.183 — Cr\$ 80,00.
 - Maria D'Agosto Oliveira — São José — 82.184 — Cr\$ 20.000,00.
 - Alcides João da Silva — S.A. Imperatriz — 82.185 — Cr\$ 1.500,00.
 - Dante Antônio S. Casagrande — L. Müller — 82.186 — Cr\$ 3.000,00.
 - Orandina Inácio do Nascimento — Içara — 82.187 — Cr\$ 2.000,00.
 - Leon Rosler — S.B. Sul — 82.188 — Cr\$ 10.000,00.
 - Lindo Dassi — Joaçaba — 82.189 — Cr\$ 15.000,00.
 - Edi Friedmann Guenech — S.F. Sul — 82.190 — Cr\$ 10.000,00.
 - Rudlert Erchsdaedt — Blumenau — 82.191 — Cr\$ 2.000,00.
 - Herta Butzke — Blumenau — 82.192 — Cr\$ 1.000,00.
 - Leonor Montagno Martins — Rio do Sul — 82.193 — Cr\$ 2.000,00.
 - Ivonete de Souza Nazário — L. Müller — 82.194 — Cr\$ 1.500,00.
 - João Souza (alteração) — São José — 82.195 — Cr\$ 1.000,00.
 - Ottwin Mette (cancelamento) — Blumenau — 82.196 — Cr\$ 1.000,00.
 - Leonor Camper — Joinville — 82.197 — Cr\$ 1.000,00.
 - Euclides Júlio Ferreira — S.F. Sul — 82.198 — Cr\$ 5.000,00.
 - Maria Búrgio da Luz — Içara — 82.199 — Cr\$ 2.500,00.
 - Zerci José Giacomassi — Tijucas — 82.200 — Cr\$ 5.000,00.
 - Aristides Thamasla — Blumenau — 82.201 — Cr\$ 5.000,00.
 - Jane Maria Ghizzo Schmidt — Rio do Sul — 82.202 — Cr\$ 2.000,00.
 - Dulio Fontanella — Lauro Müller — 82.203 — Cr\$ 3.000,00.
- Diligência:
Vilma Laurita dos Santos, Governador C. Ramos.
Processo indeferido: Vva. J. Cardoso Bittencourt, Nesta.
- Sociedades Anônimas — Processos Deferidos**
- Estabelecimentos José Daux S/A. Comercial — Nesta — Arq. Ata Extraordinária — Aumento do capital social para — Cr\$ 4.500.000,00 — Arq. n. 35.522.
 - Gia. Catarinense de Telecomunicações "COTESC" — Nesta — Ata Extraordinária — Arq. n. 35.523.
 - Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A — Nesta — Ata de Ass. Extraordinária — Arq. n. 35.524.
 - Casimiro Silveira S/A. Ind. e Com. — Joinville — Ata Extraordinária — Arq. n. 35.525.
 - Siderúrgica Criciumentense S/A — Criciúma — Ata Extraordinária — Arq. n. 35.526.
 - Produtos Silicar S/A. — Tubarão — Constituição — capital inicial — Cr\$ 100.000,00 — Arq. n. 35.527.

Engepasa — Engenharia Pavimento S/A — Joinville — Ata Extraordinária — Arq. n. 35.528.	Gustavo Kratz Filho — Lages — 82.260 — Cr\$ 5.000,00.
Jacob Biezus S/A. — Concórdia — Ata Extraordinária — Au	Ailton José de Barros — Canoinhas — 82.261 — Cr\$ 1.000,00.
mento do capital social para — Cr\$ 514.577,00 — Arq. n. 35.529.	Bento de Novaes — Lontas — 82.262 — Cr\$ 1.500,00.
S/A Frigorífico Itapiranga "SAFRITA" — Itapiranga — Ata	Antônio João Paes — Laguna — 82.263 — Cr\$ 3.000,00.
Extraordinária — Aumento do capital social para —	Donald Roesler — S. B. do Sul — 82.264 — Cr\$ 10.000,00.
Cr\$ 2.200.000,00 — Arq. n. 35.530.	Lino A. Halmenschlager — Modelo — 82.265 — Cr\$ 10.000,00.
Tecelagem Sta. Luzia S/A. — Brusque — Ata Extraordinária —	Bernardina Pereira Gervasio — B. Camboriu — 82.266 —
Aumento do capital social para — Cr\$ 475.000,00 — Arq. n.	Cr\$ 8.000,00.
35.531.	Laury Volkweis — São Carlos — 82.267 — Cr\$ 5.000,00.
Construtora Sul Bras. de Estradas S/A. — Brusque — Ata	Adão Cunha Claro — Criciúma — 82.268 — Cr\$ 10.000,00.
Extraordinária — Arq. n. 35.532.	Alcibiades de Souza — Mondai — 82.269 — Cr\$ 1.000,00.
Ind. Com. Norte Catarinense de Pesca S/A — S.B. Sul —	Adolfo Zanco — Modelo — 82.270 — Cr\$ 10.000,00.
Ata Reunião Diretoria — Arq. n. 35.534.	Jacir Lirio Bonissoni — São Carlos — 82.271 — Cr\$ 30.000,00.
Metalúrgica Brusque S/A. Ind. e Com. — Brusque — Ata Or-	Nicolau Raither — Lages — 82.272 — Cr\$ 3.000,00.
dinária — Arq. n. 35.534.	Pedro Ferreira Ribeiro — Tubarão — 82.273 — Cr\$ 3.000,00.
Fol inutilizado o n. — 35.535.	Pedro Manoel Martins — Joinville — 82.274 — Cr\$ 4.000,00.
Cia. Industrial de Óleos Mafrense Fibras — Mafra — Ata	Conrado Felisbino Jaques — Nesta — 82.275 — Cr\$ 500,00.
Ordinária — Arq. n. 35.536.	Mario Vargas — Lages — 82.276 — Cr\$ 30.000,00.
Indústria Sul Brasileira de Pescados S/A. — Gov. Celso Ra-	José Luiz Moreira — Palhoça — 82.277 — Cr\$ 2.000,00.
mos — Arq. Ata Reunião Diretoria n. 35.537.	Afonso Celso Correa — Nesta — 82.278 — Cr\$ 2.000,00.

Documentos deferidos. Expediente da sessão de 24.2.72

FIRMA INDIVIDUAIS

Nome	local	n. reg.	capital
Ildo Ewald — Pomerode	—	82.203	— Cr\$ 2.000,00.
Josef Kleine Buckstegge — Itapema	—	82.204	— Cr\$ 20.000,00.
Marlene Leal dos Santos — Joinville (alter.)	—	82.205	— Cr\$ 16.500,00.
Evaldo Baaschi — P. Redondo	—	82.206	— Cr\$ 10.000,00.
Maria do Pilar Müller — Canoinhas	—	82.207	— Cr\$ 1.000,00
Osmar Hercílio de Oliveira — Criciúma	—	82.208	— Cr\$ 2.000,00.
Lucas Teixeira — Tubarão	—	82.209	— Cr\$ 2.000,00.
Onélia Ferreira Ponciano — Joinville	—	82.210	— Cr\$ 50,00.
Rogéria da Silva Felisbino — Palhoça	—	82.211	— Cr\$ 2.000,00.
Lourival de Assis Pereira — Joinville	—	82.212	— Cr\$ 8.000,00.
Ivo Ottmar Presser — Guaraciaba	—	82.213	— Cr\$ 15.000,00.
Vilto Guilherme Tonial — Anchieta	—	82.214	— Cr\$ 10.000,00.
Maria Matilde de Souza Hames — São José	—	82.215	— Cr\$ 5.000,00.
José Brito — Criciúma	—	82.216	— Cr\$ 2.000,00.
Pedro Tomaz de Souza — Sobrinho	—	82.217	— Cr\$ 4.500,00.
Marcelo Roberto Müller — Nesta	—	82.218	— Cr\$ 1.500,00.
Alto Silveira Goulart — Criciúma	—	82.219	— Cr\$ 35.000,00.
Luz Antônio Fernandes — Criciúma	—	82.220	— Cr\$ 2.000,00.
Júlia Pereira Silva — Palhoça	—	82.221	— Cr\$ 3.000,00.
Marga Helga Erbe Kamp — Brusque	—	82.222	— Cr\$ 6.000,00.
João Carlos Folster — Biguaçu	—	82.223	— Cr\$ 10.000,00
Assis Barbosa Bastos — Laguna	—	82.224	— Cr\$ 1.000,00.
João Luiz Sedrez — Brusque	—	82.225	— Cr\$ 5.000,00.
Cristina Simas (alter.) — Nesta	—	82.226	— Cr\$ 6.000,00.
Valêncio Bortolomeu Teixeira — Araranguá	—	82.227	— Cr\$ 2.000,00.
Abílio Mattel — S.L. D'Oeste	—	82.228	— Cr\$ 5.000,00.
Anoldo Manoel Zimmermann — Blumenau (canc.)	—	82.229	— Cr\$ 14.200,00.
Aciolina Teles de Souza — Laguna	—	82.230	— Cr\$ 1.000,00.
Balbina Costa — Laguna	—	82.231	— Cr\$ 1.000,00.
Martha Holthausen Darella — Tubarão	—	82.232	— Cr\$ 80,00
Roberto Zanor — Brusque	—	82.233	— Cr\$ 1.000,00.
Maria Alencar (alter.) — Nesta	—	82.234	— Cr\$ 1.000,00.
Artur Fagundes — Barra Velha	—	82.235	— Cr\$ 25.000,00.
Manoel Osório Teixeira — São L. do Oeste	—	82.236	— Cr\$ 17.000,00.
Veronica Inez Vailat — Gaspar	—	82.237	— Cr\$ 10.000,00.
Osní Perfeito da Silva — Itajaí	—	82.238	— Cr\$ 2.000,00.
Rudolfo Luiz Kopsel — Concórdia	—	82.239	— Cr\$ 2.000,00.
Waldemar Antônio Nissen — Santa Cecília	—	82.240	— Cr\$ 60.000,00.
Waldemar Werka — Picarras	—	82.241	— Cr\$ 1.000,00.
Irineu Zimmermann — Gaspar	—	82.242	— Cr\$ 2.000,00.
José Glicério Miguel — Tubarão	—	82.243	— Cr\$ 2.000,00.
Arcides Bortolossi — Piratuba	—	82.244	— Cr\$ 5.000,90.
José Miotto — Irani	—	82.245	— Cr\$ 10.000,00.
Romeu Germano Meyer — S.B. Sul	—	82.246	— Cr\$ 5.000,00.
Paulo Henrique Marcelo — Timbó	—	82.247	— Cr\$ 5.000,00.
Otto Ernesto Behr — S. B. Sul	—	82.248	— Cr\$ 4.000,00.
Carlos Silvano — Gaspar	—	82.249	— Cr\$ 2.000,00.
Murilo Schmitt — Itajaí	—	82.250	— Cr\$ 1.000,00.
Luz Síviero Sobrinho — Capinzal	—	82.251	— Cr\$ 5.000,00.
Ricieri Morongoni — P. União	—	82.252	— Cr\$ 2.000,00.
Pedro da Silva Guimarães — Ibrama	—	82.253	— Cr\$ 3.000,00.
Ary Freitas Gomes — Tubarão	—	82.254	— Cr\$ 10.000,00.
Antônio José Scaranto — Pinhalzinho	—	82.255	— Cr\$ 10.000,00.
José Martins — P. Nereu	—	82.256	— Cr\$ 13.000,00.
Epaminondas Antônio Rosar — C. Novos	—	82.257	— Cr\$ 10.000,00.
José Pereira — Nesta	—	82.258	— Cr\$ 10.000,00.
Albino Schoenberger — São Carlos	—	82.259	— Cr\$ 30.000,00.
Arnoldo Manoel Zimmermann — Blumenau			
Nelson Ramos de Oliveira — Itajaí			
Leonor Rechia Ahmad — Laguna.			
Oscar Zanghelini — Lages.			
Ademir de Campos Braga — Tubarão.			
Inácio Remi Kreisig — Iporã.			
César Rogério Vieira — Nesta.			
Mercedes Spinosa — Nesta.			
Lorena Gomes Fogaça — Tubarão.			
Eduardo Nicolich, Secretário geral,			

DOCUMENTOS EM DILIGÊNCIA

Arnoldo Manoel Zimmermann — Blumenau
 Nelson Ramos de Oliveira — Itajaí
 Leonor Rechia Ahmad — Laguna.
 Oscar Zanghelini — Lages.
 Ademir de Campos Braga — Tubarão.
 Inácio Remi Kreisig — Iporã.
 César Rogério Vieira — Nesta.
 Mercedes Spinosa — Nesta.
 Lorena Gomes Fogaça — Tubarão.
 Eduardo Nicolich, Secretário geral,

Nome — Local — N. Reg. — Capital

Calçados Príncipe Ltda. — Pomerode	—	57.447	— 15.000,00 — Cont.
Roldofo Schoroeder Ltda. — Pomerode	—	57.446	— 15.000,00 — (Cont.)
Fábrica de Móveis Zanchet Ltda. — P. Serrada	—	57.445	— 20.000,00 — (Cont.)
Gracina Rainha — Ind. Com. Agricultura Ltda. — Araquari	—	57.444	— 20.000,00 — (Cont.)
José A. Teixeira & Cia. — Tubarão	—	57.443	— 2.000,00 — (Dist.)
Irmãos Buratto Ltda. — S. L. Oeste	—	57.442	— 26.000,00 — (Cont.)
Coral Ltda. — S. B. Sul	—	57.441	— 16.000,00 — (Cont.)
Ind. e Com. Dilda Ltda. — Concórdia	—	57.440	— 108.000,00 — (Alt.)
G. A. Carvalho & Cia. Ltda. — Nesta	—	57.439	— 60.000,00 — (Alt.)
Piratini Peças Ltda. — Nesta	—	7.438	— 20.000,00 — (Alt.)
Casa Ferro Mercantil Ltda. — Caçador	—	57.437	— 500.000,00 — (Alt.)
Móveis San Ltda. — S. B. Sul	—	57.436	— 100.000,00 — (Alt.)
Ferrari & Cia. Ltda. — Indaial	—	57.457	— 50.000,00 — (Alt.)
Biazi & Cia. Ltda. — Caibi	—	57.434	— 30.000,00 — (Alt.)
Distribuidora Prod. Quím. e Farm. Ltda. — Criciúma	—	57.433	— 140.000,00 — (Alt.)
Móveis e Decorações Varicó Ltda. — Joinville	—	57.432	— 30.000,00 — (Alt.)
Móveis S. José Ltda. — C. Novos	—	57.431	— 50.000,00 — (Alt.)
Maihas Fruet Ltda. — Jar. Sul	—	57.430	— 40.000,00 — (Alt.)
Irmãos Von Der Heyde Ltda. — Blumenau	—	57.429	— 550.000,00 — (Alt.)
Santos & Michel Ltda. — Indaial	—	57.428	— 15.000,00 — (Alt.)
Spessato & Cia. Ltda. — Palmitos	—	57.427	— 20.000,00 — (Alt.)
Meneghini, Dall Oglio, Guarnieri Ltda. — Biguaçu	—	57.426	— 50.000,00 — (Cont.)
Formacon — Forneced. Mat. Cont. Ltda. — Nesta	—	57.425	— 3.300,00 — (Alt.)
Milton Acrílicos Piné e Dec. Ltda. — Nesta	—	57.424	— 150.000,00 — (Alt.)
Posto Brusquense Ltda. — Brusque	—	57.423	— 100.000,00 — (Cont.)
Comércio de Veículos Cidade Azul Ltda. — Tubarão	—	57.422	— 20.000,00 — (Cont.)

Schiller & Fetter Ltda. — Concórdia — 57.421 — 14.000,00 — (Cont.)
 Bar Puld Ltda. — Jar. Sul — 57.420 — 5.000,00 — (Cont.)
 Com. e Representações Solar Ltda. — Blumenau — 57.419 — 10.000,00 — (Cont.)
 Kess & Cia. Ltda. — Mondai — 57.418 — 3.000,00 — (Cont.)
 Ideal Tinta Ltda. — Nesta — 57.417 — 10.000,00 — (Cont.)
 Tamboro & Combraneli Ltda. — S. José Cedro — 57.416 — 6.000,00 — (Cont.)
 Eletrônica Campinas Ltda. — S. José — 57.415 — 1.000,00 (Cont.)
 Infoart — Ind. Flores Art. Ltda. — Nesta — 57.414 — 20.000,00 — (Cont.)
 Lavandeira Líder — Blumenau — 57.413 — 13.500,00 — (Dist.)
 Auto Iguaçu Importadora Ltda. — Blumenau — 57.412 — 130.000,00 — (Alt.)
 Reis Com. e Representações Ltda. — B. Camboriu — 57.411 — 10.000,00 — (Cont.)
 União União Joinv. Bl. Adm. e Part. Ltda. — Joinville — 57.410 — 200.000,00 — (Alt.)
 Tuon & Cia. — Jac. Machado — 57.409 — 50.000,00 — (Alt.)
 Tuon & Filhos — Jac. Machado — 57.408 — 35.000,00 — (Alt.)

DOCUMENTOS EM DILIGÊNCIA

Tabacaria S. Catarina Ltda. — Rio dos Cedros.
 Hens Calçados Ltda. — Fomerode.
 Industrial Estrelas Ltda. — Lages.
 Amador & Cia. Ltda. — Criciúma.
 Pusato & Neves Ltda. — Lages.
 Sociedades Anônimas — Processos deferidos — Sessão Plenária realizada em 24-2-1972
 Cecontur S. A. Centro Turismo Comercial S. A. — Nesta — Constituição — Capital — Cr\$ 60.000.000,00 — N. 35.538.
 Loja de Calçados Marva S. A. — Blumenau — Ata de ass. geral ordinária — N. 35.539.
 Sammed Blumenau Sociedade Cooperativa Serviços Médicos e Hospitalares — Blumenau — Constituição — Capital — Cr\$ 60.000,00 — N. 35.540.
 Cerâmica Bertaso S. A. — Chanecó — Arq. de Alvará — N. 35.541.
 Machado & Cia. Comércio e Agências — Nesta — Arq. ata ass. Geral extraordinária — N. 35.542.
 Comercial Eletro Modelar S. A. — Nesta — Arq. assem. geral ordinária — N. 35.543.
 Estabelecimentos "A Modelar" S. A. Comércio — Nesta — Arq. ass. geral extraordinária — N. 35.544.
 Sammed — Florianópolis — Soc. Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares — Nesta — Constituição — Capital — Cr\$ 61.200,00 — N. 35.545.
 Combra — Cia. Alimentos do Brasil — São Paulo — Certidões oriundo filial em São Miguel d'Oeste — Cap. Cr\$ 1.000,00 — N. 35.546.
 Automatic S. A. — São Bento do Sul — Transformação de Ltda. para S. A. — Capital — Cr\$ 650.000,00 — N. 35.547.
 Sammed Joinville — Soc. Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares — Joinville — Constituição — Capital — Cr\$ 33.638,00 — N. 35.548.
 Comercial Manber S. A. — Mafra — Ata de ass. geral ordinária — N. 35.549.
 Comercial Manber S. A. — Mafra — Ata de ass. geral extraordinária — N. 35.550.
 Indústrias de Produtos Alimentícios Joaçaba S. A. — Joaçaba — Ata de ass. geral ordinária — N. 35.551.
 Telecomunicações de Santa Catarina S. A. — Joinville — Ata de assembléia geral extraordinária — N. 35.552.

PROCESSOS DEFERIDOS — SESSÃO PLENÁRIA 07.3.1972

SOCIEDADES ANONIMAS

A Notícia S. A. Empresa Jornalística — Joinville — Ata da Ass. geral extraordinária — Arq. n. 35.571.
 S. A. Fábrica de Papelão Timbo — Timbó — Ata de ass. geral extraordinária — Capital — Cr\$ 1.280.000,00 — Arq. n. 35.572.
 Indústrias Gerhard's S. A. — Joinville — Ata de ass. geral ordinária — Arq. n. 35.573.
 Pereira Irmãos S. A. Comércio e Indústria — Mafra — Ata de reunião da diretoria — Arq. n. 35.574.
 Keller Técnica S. A. Indústria e Comércio — Joinville — Arq. — Ata de ass. geral ordinária — Arq. n. 35.575.
 Cia. de Pesca Krause — Itajaí — Arq. — Ata ass. geral extraordinária — Capital Cr\$ 143.668,00 — Arq. n. 35.576.
 Cia. de Pesca Krause — Itajaí — Arq. ass. geral extraordinária — Capital Cr\$ 713.944,07 — Arq. n. 35.577.
 Jaraguá Veículos S/A — Jaraguá do Sul — Ata de ass. geral extraordinária — Arq. n. 35.578.
 Cooperativa Agrícola Mista Nucleo Colonial Esteves Jor. Ltda. — Jar. do Sul — Ata de ass. geral extraordinária — Arq. n. 35.579.
 Redo Pinho S/A. Veículos e Máquinas — Lages — Ata de ass. geral ordinária — Arq. n. 35.580.
 Redo Pinho S/A. Veículos e Máquinas — Lages — Ata de ass. geral extraordinária — Capital — Cr\$ 1.100.000,00 — Arq. n. 35.581.
 Cia. Catarinense de Seguros Gerais — Blumenau — Ata de ass. geral extraordinária — Capital — Cr\$ 2.000.000,00 — Arq. n. 35.582.
 Indústrias Gerais Cássio Medeiros S/A — Blumenau — Ata de ass. geral extraordinária — Arq. n. 35.583.
 Extrativa Laurentino Indústria e Comércio S/A — Laurentino — Ata de ass. geral extraordinária — Capital — Cr\$ 600.000,00 — Arq. n. 35.584.

GOVERNO

Portaria P/N. 23/SEG, de 26 de julho de 1972

O Secretário no uso de suas atribuições resolve:
 Art. 1º — Fica prorrogada até 31 de dezembro de 1972 a vigência dos contratos abaixo especificados:
 N. de ordem — Nome — Função — Remuneração mensal — Despesa total

1 — Ailton de Barros — Escriturário — 360,00 — 2.230,00.
 2 — Maria Terezinha Wanderley Pereira — Serviço de Catálogo — 331,20 — 1.887,84.

Art. 2º — As despesas a que se refere o artigo primeiro correrão a conta do item 1112 do orçamento de 1972 do Departamento de Cultura.

Art. 3º — Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orlando Bértoli, Secretário.

—x—

SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Portaria N. 045/CGP, de 30 de junho de 1972

O Secretário no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 224 da lei n. 4.425, de 16 de fevereiro de 1979, resolve: suspender, por 5 (cinco) dias Francisco José Vargas, Comissário de Polícia de IV Classe, FF.14, da Delegacia Regional de Polícia de Fronteira, São Miguel D'Oeste, por ter se ausentado da região policial onde está estada e do Estado, sem a devida autorização.

Portaria n. 173/MGMS/SSI, de 30 de junho de 1972

O Secretário no uso de suas atribuições resolve designar Aécio Speck Neves, ocupante do cargo da classe PF-15 da carreira de Comissário de Polícia do Quadro Geral do Poder Executivo (Secretaria de Segurança e Informações), para ter exercício na Corregedoria Geral da Polícia.

Portaria n. 174/MGMS/SSI, de 30 de junho de 1972

O Secretário no uso de suas atribuições resolve fazer cessar os efeitos da Portaria n. 319/LHR/70, datada de 30 de novembro de 1970, que designou Aécio Speck Neves, ocupante do cargo da classe PF 15 da carreira de Comissão de Polícia do Quadro Geral do Poder Executivo (Secretaria de Segurança e Informações), para prestar serviços junto a Delegacia de Costumes e Menores.

Portaria N. 182/MLB/SSI de 07 de julho de 1972

O Secretário no uso de suas atribuições, resolve cessar os efeitos da Portaria n. 151/MA/SSI/72, datada de 31 de maio de 1972, que designou o Bel. Roberto Moritz Neto, para ter exercício na Delegacia de Costumes, Jogos e Diversões.

Portaria N.183/MLB/SSI, de 04 de julho de 1972

O Secretário no uso de suas atribuições resolve, por a disposição do Gabinete do titular desta Pasta o Bel. Roberto Moritz Neto, ocupante do cargo da classe PF-19, da carreira de Delegado de Polícia de IV classe, do Quadro Geral do Poder Executivo (Secretaria de

Segurança e Informações), devendo cumprir o expediente de trabalho das 12:00 às 18:30 horas.

Portaria N. 184/MAP/SSI, de 6 de julho de 1972

O Secretário no uso de suas atribuições, resolve fazer cessar os efeitos, da portaria n. 223/AMN/SSI/71, datada de 13 de agosto de 1971, que designou Caciada Moraes Rodrigues, ocupante do cargo da classe, PF 2, da carreira de Servente, do Quadro Geral do Poder Executivo (Secretaria de Segurança e Informações), para prestar serviços na Escola de Polícia.

Portaria N. 185/MAP/SSI, de 6 de julho de 1972

O Secretário no uso das suas atribuições, resolve designar Caciada Moraes Rodrigues, ocupante do cargo da classe PF.2, da carreira de Servente, do Quadro Geral do Poder Executivo (Secretaria de Segurança e Informações), para prestar serviços na Diretoria de Polícia Científica.

POLICIA MILITAR

4ª EMG

Termo de contrato firmado entre a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e a firma Elson J. Rios Ltda., para o fornecimento de gêneros alimentícios e artigos correlatos à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Quartel da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, à rua Visconde de Ouro Preto, n. 101, na cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, presente os srs. Coronel Chefe da 4ª EMG, e representante legal da firma, residente e domiciliado nesta Capital, acordam em assinar o presente contrato para o fornecimento de mercadorias conforme sua proposta em duas vias para a Tomada de Preços n. 001/72.

De mútuo e comum acordo, resolveram as partes contratantes denominar-se simplificada e aceitar as seguintes condições:

1º — A Contratada compromete-se a fornecer à Polícia Militar o material constante de sua proposta aprovada e discriminada pelos itens constantes na análise, dos quais foi vencedora, conforme processo respectivo.

2º — O prazo para a entrega do material mencionado na cláusula do item 1º deste contrato é parcelado, atendendo as necessidades da Polícia Militar que expedirá a nota de fornecimento com as quantias necessárias e nota de empenho correspondente ao respectivo fornecimento.

3º — A Contratada obriga-se a manter os preços cotados por 90 (noventa) dias, a partir de 1º de fevereiro de 1972.

4º — A Contratada obriga-se a fornecimento de todas as mercadorias constantes de sua proposta aprovada.

5º — A Contratada obriga-se a entregar o material por ela vendido, no Serviço de Aproveitamento da Polícia Militar, conforme exigências dos respectivos pedidos.

6º — Reserva-se à Polícia Militar o direito de adquirir somente a quantidade de mercadorias que efetivamente necessita para o consumo de 90 (noventa) dias.

7º — As dúvidas suscitadas sobre qualquer cláusula deste contrato, serão dirimidas no juízo competente da comarca de Florianópolis.

8º — Ficam fazendo parte integrante deste contrato, no que lhe for aplicável, independente de transcrição, as disposições contidas no regulamento de Contabilidade da União e legislação posterior, Decreto 15.783, de 08-11-22; Dec. 2.206, de 20-05-40; Dec-lei n. 200, de 25.07.68, bem como a proposta da contratada e demais elementos do Processo Tomada de Preços n. 001/72.

Art. 9º — A Contratada declara-se ciente do dispositivo do Dec-lei n. 5.873, de 25-06-49, art. n. 34, que estipula multa, suspensão e declaração de inidoneidade no caso de não cumprimento ora ajustado.

10º — E, para constar, lavrou-se este contrato no livro próprio, após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes Contratantes.

11º — O valor do presente contrato é de Cr\$ 6.957,00, correndo as despesas por conta do item 1234, cuja dotação é de Cr\$ 640.000,00.

Florianópolis, 26 de janeiro de 1972.

Francisco Antônio da Silva, Coronel Chefe da 4ª EMG.

Edson José Rios, contratada.

(4114)

Termo de contrato firmado entre a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e a firma Ind. Reunidas Ivo Bez, para o fornecimento de gêneros alimentícios e artigos correlatos à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Quartel da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, à rua Visconde de Ouro Preto n. 101, na cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, presente os srs. Coronel Chefe da 4ª EMG, e representante legal da firma, residente e domiciliado nesta Capital, acordam em assinar o presente contrato para o fornecimento de mercadorias conforme sua proposta em duas vias para a Tomada de Preços n. 001/72.

De mútuo e comum acordo, resolveram as parte contratantes a simplificar, simplificarmente, a Polícia Militar e Contratada e aceitar as seguintes condições:

1º — A Contratada compromete-se a fornecer à Polícia Militar o material constante de sua proposta aprovada e discriminada pelos itens constantes na análise, dos quais foi vencedora, conforme processo respectivo.

2º — O prazo para a entrega do material mencionado na cláusula do item 1º deste contrato é parcelado, atendendo as necessidades da Polícia Militar que expedirá a nota de fornecimento com as quantias necessárias e nota de empenho correspondente ao respectivo fornecimento.

3º — A Contratada obriga-se a manter os preços cotados por 90 (noventa) dias a partir de 1º de fevereiro de 1972.

4º — A Contratada obriga-se o fornecimento de todas as mercadorias constantes de sua proposta aprovada.

5º — A Contratada obriga-se a fornecer o material por ela vendido, no Serviço de Aproveitamento da Polícia Militar, conforme exigência dos respectivos pedidos.

6º — Reserwa-se à Polícia Militar o direito de adquirir somente a quantidade de mercadorias que efetivamente necessita para o consumo de 90 (noventa) dias.

7º — As dúvidas suscitadas sobre qualquer cláusula deste contrato, serão dirimidas no juízo competente da comarca de Florianópolis.

8º — Ficam fazendo parte integrante deste contrato, no que lhe for aplicável, independente de

transcrição, as disposições contidas no regulamento de Contabilidade da União e legislação posterior, Decreto 15.783, de 08-11-22; Dec. 2.206, de 20-05-40; Dec-lei n. 200, de 25.07.68, bem como a proposta da contratada e demais elementos do Processo de Tomada de Preços n. 001/72.

Art. 9º — A Contratada declara-se ciente do dispositivo do Dec-lei n. 5.873, de 25-06-49, art. n. 34, que estipula multa, suspensão e declaração de inidoneidade no caso de não cumprimento ora ajustado.

10º — E, para constar, lavrou-se este contrato no livro próprio, após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes Contratantes.

11º — O valor do presente contrato é de Cr\$ 3.960,00, correndo as despesas por conta do item 1236, cuja dotação é de Cr\$ 640.000,00.

Florianópolis, 26 de janeiro de 1972.

Francisco Antônio da Silva, Coronel Chefe da 4ª EMG.

Ivo Bez, contratada.

(4112)

CONSELHO ESTADUAL DE TRANSITO

Ata n. 46

Ata da quadragésima sexta sessão ordinária

As quatorze horas na sala do Conselho Estadual de Trânsito, situada no edifício do DETRAN — SC, à rua Max Schramm, número trinta e três, reuniu-se este Conselho. O sr. presidente deu por aberta a sessão. Na verificação dos presentes, constatou-se a presença dos seguintes conselheiros: sr. Major do Exército, Ramon Marques de Sousa, presidente; sr. Cap. PM Osvaldo Paulo Martins, vice-presidente e representante do Departamento Estadual de Trânsito, sr. Eng. Humberto Machado, representante da Secretaria de Transportes e Obras; sr. Bel. Francisco Evangelista, representante do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários; sr. Juvenal Schroeder, representante do Órgão de Trânsito Municipal da Capital; sr. Ivo Liberato, representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros, sr. João Batista da Costa, suplente do representante do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários e sr. Bel. Manoel Antônio Fogaça de Almeida, Assessor Jurídico deste Conselho. A seguir, o sr. presidente, determinou a leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior, tendo sido aprovada por unanimidade de plenário. Dando prosseguimento aos trabalhos, o sr. presidente, deu conhecimento à mesa, da seguinte correspondência: Expedida: — Ofício n. 071-72 — CETRAN — SC, de 07 de jun. 72, ao ilmo. sr. Cel. diretor do DETRAN — SC; encaminhando o processo dos senhores Valdir Tedesco e Nelson dos Santos, referindo-se ao empacotamento de Kombis, Rural, para funcionarem como Táxis bem como solicitando informações da quantidade desses veículos que já possuem licença para funcionarem como Táxi, em todo o Estado. A seguir, o sr. presidente, dando início ao expediente solicitou ao suplente de conselheiro sr. João Batista da Costa informar quando ficariam prontos os dispositivos de identificação, para serem colocados no interior dos Táxis. Disse o sr. João Batista da Costa, que o pedido de confecção já foi feito há algum tempo e que segundo informações dos fabricantes, ficariam prontos em breve. A seguir, o sr. presidente, lembrou ao conselheiro

sr. Bel. Francisco Evangelista, representante do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários, sobre a matéria da qual é presidente de uma Comissão para elaborar o anti-projeto de concessão da Carteira Nacional de Habilitação, aos condutores de veículos de tração animal. Disse o conselheiro sr. Bel. Francisco Evangelista, que irá ligar-se em breve com a Assessoria Jurídica do CETRAN, para obter novos subsídios para nova convocação da Comissão. A seguir, foi concedida a palavra a pedido ao conselheiro sr. Ivo Liberato, que na ocasião apresentou um recorte de uma publicação feita recentemente no jornal "A Gazeta", com relação ao empacotamento de Kombis e Rural Wilis, para funcionar como Táxis. Em seguida, falou o suplente de conselheiro, sr. João Batista da Costa, representante do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, dizendo que o assunto acima, tem trazido algumas confusões no meio da classe dos motoristas de Táxis de Florianópolis, pois constantemente tem sido indagado a respeito. — Na ocasião o conselheiro sr. Cap. PM Osvaldo Paulo Martins, propôs que a matéria a ser remetida para assessoria da imprensa da SSI, fosse de início selecionado no conselho. Em resposta, o sr. presidente lembrou-se que as atas são para ali remetidas e que aquele órgão especializado deve selecionar e dá a forma para as publicações, no sentido de bem informar ao público. A seguir, o conselheiro sr. Cap. PM Osvaldo Paulo Martins aproveitando do ensejo, falou sobre o serviço de trânsito da cidade de Tubarão, dizendo que, ligou-se pessoalmente com o sr. Delegado de Polícia da, que a cidade a respeito do assunto, e em seguida mantiveram entendimento de que o sr. Cap. Osvaldo Paulo Martins, possivelmente deveria ir à cidade de Tubarão, dentro de alguns dias, com o fim de sugerir idéias de como organizar a disciplina do trânsito nas principais vias da cidade. A seguir, o sr. presidente perguntou ao Conselho, se haveria inconveniência por parte de qualquer conselheiro presente, em marcar a próxima reunião do conselho para o próximo dia 22 de junho, face interesse na sua profissão. Nenhum dos presentes se manifestaram em contrário, atendendo assim o plenário a solicitação do sr. presidente. Finalmente, o sr. presidente, colocou a palavra a disposição dos senhores conselheiros presentes como não houve nenhuma manifestação, foi dada por encerrada a sessão às 15:25 horas tendo o sr. presidente, marcado nova reunião do conselho, para dia 22 do corrente, às 14:00 horas. Nada mais havendo a tratar, eu, Laudelino Celso Corrêa de Melo, secretário, lavro a presente ata, que vai assinada pelo sr. Major do Exército, Ramon Marques de Sousa, presidente, e pelos membros presentes do conselho. (Ass.) Cap. PM Osvaldo Paulo Martins, vice-presidente, sr. Eng. Humberto Machado, sr. Bel. Francisco Evangelista, sr. Juvenal Schroeder, sr. Ivo Liberato, sr. Bel. Manoel Antônio Fogaça de Almeida, Assessor Jurídico e sr. Laudelino C. C. de Melo, secretário. Ramon Marques de Sousa, Major do Ex., presidente do CETRAN — SC.

Ata n. 47

Ata da quadragésima sétima sessão ordinária

às quatorze horas, na sala do Conselho Estadual de Trânsito, si-

tuada no Edifício do DETRAN — SC, rua Max-Schramm, número trinta e três; reuniu-se este Conselho. O sr. presidente, deu por aberta a sessão. Na verificação dos presentes, constatou-se a presença dos seguintes conselheiros: sr. Major do Exército, Ramon Marques de Sousa, presidente; sr. Cap. PM Osvaldo Paulo Martins, vice-presidente e representante do Departamento Estadual de Trânsito; sr. Eng. Humberto Machado, representante da Secretaria de Transportes e Obras; sr. Bel. Francisco Evangelista, representante do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários; sr. Juvenal Schroeder, representante do Órgão de Trânsito Municipal da Capital; sr. Ivo Liberato, representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros; sr. Vitalino Alexandre Pereira, representante do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários e sr. Bel. Manoel Antônio Fogaça de Almeida, Assessor Jurídico deste Conselho. A seguir, o sr. presidente, terminou a leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior, tendo sido aprovada por unanimidade do plenário. Dando prosseguimento aos trabalhos, o sr. presidente, deu conhecimento à mesa; da seguinte correspondência: a) Recebida: — Ofício n. IR-269, do DETRAN — SC, encaminhado à este CETRAN, uma nova tabela de multas para os infratores da Lei de Trânsito. — Cartão de Convite de Casamento, enviado à este CETRAN, pelo conselheiro sr. Vitalino Alexandre Pereira, em que convida à todos deste conselho, para o casamento de sua filha, no dia 15 do próximo mês de julho. b) Expedida: — Ofício n. 072/72 — CETRAN/SC, de 14 de junho de 1972, ao exmo. sr. Secretário de Segurança e Informações, remetendo a folha-recebido do pagamento do pessoal deste conselho, referente ao Jeton do mês de abril do corrente ano. — Ofício n. 073/72 — CETRAN/SC de 15 de junho de 1972, ao exmo. sr. Secretário de Administração do Estado, solicitando a publicação no "Diário Oficial do Estado", das atas ns. 44 e 45, deste conselho. Ofício n. 074/72 — CETRAN/SC, de 15 de junho de 1972, ao exmo. sr. Secretário de Segurança e Informações, solicitando ordens no sentido de serem encaminhadas ao setor de Relações Públicas daquelas SSI, as atas ns. 44 e 45, deste conselho, para a devida publicação dos assuntos de interesse ao público. Ofício n. 075/72 — CETRAN/SC, de 15 de junho de 1972, ao exmo. sr. presidente do CONTRAN, encaminhando à aquele conselho, uma consulta deste CETRAN, referente à dúvidas existentes na resolução n. 449/72, sobre a apreensão e cassação de Carteira Nacional de Habilitação para motoristas com prazo findo no exame médico. Ofício n. 076/72 — CETRAN/SC, de 15 de junho de 1972, ao exmo. sr. Secretário de Administração do Estado, solicitando o fornecimento à este CETRAN, do "Diário Oficial do Estado", n. 9.489, de 10 de maio de 1972, que publicou a ata n. 36, deste conselho e que se achava faltando no arquivo desta Repartição, por falta de recebimento do reredito exemplar. A seguir o sr. presidente, dando início ao expediente, fez a leitura do of. n. IR-269, do DETRAN/SC, e que encaminhado à este colegiado, uma nova tabela de multas, a ser apreciada por este conselho e posteriormente a ser encaminhada ao Conselho Nacional de Trânsito, para aprovação, cuja tabela de multas destina-se às aplicações nos infratores das leis de Trânsito, em nosso Estado. Nomeado

relator desta matéria, o conselheiro sr. Ivo Liberato, representante do Sindicato das Empresas de Transportes de passageiros. A seguir, o sr. presidente, lembrou novamente ao conselheiro sr. Bel Francisco Evangelista, presidente de uma comissão, da matéria que versa sobre a criação do Ant-projeto para concessão da Carteira Nacional de Habitação, aos condutores de Veículos de Tração Animal. Tendo o conselheiro sr. Bel Francisco Evangelista, na ocasião, se manifestado de que já está consultando o Assessor Jurídico do CETRAN, com a finalidade de continuar o andamento dos estudos da referida matéria; sugerindo portanto, ao sr. presidente, que este CETRAN, enviase expedientes aos CETRANS e DETRANS dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Ceará, solicitando normas por eles adotadas com relação ao assunto acima e que possa servir de subsídios para formar a regulamentação ao Anti-projeto da aludida matéria. Sobre o assunto que estava sendo motivado pelo sr. presidente, sem que houvesse o debate, falaram todos os conselheiros presentes. O conselheiro sr. Bel Francisco Evangelista, relator desta matéria, segurando pelo Assessor Jurídico deste conselho, sr. Bel Manoel Antônio Fogaça de Almeida, se expressaram pela necessidade de maior prazo para a insuficiência de subsídio para complementação dos estudos já realizados pela comissão para elaboração do Anti-projeto da regulamentação para concessão de Carteira Nacional de Habitação, para condutores de Veículos de Tração Animal. O assunto assim ficou suspenso neste conselho, estando aguardando este órgão colegiado o pronunciamento da comissão que ora o estuda. A seguir, foi concedida a palavra ao conselheiro sr. Vitalino Alexandre Pereira, falando ao dar a notícia de que os dispositivos de identificação a serem colocados no interior dos Táxis, já estavam prontos e estavam a disposição dos senhores motoristas de Táxis de todo o Estado, na sede da Federação do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários e que seu uso é obrigatório por lei face o prazo para o início da execução ter se esgotado no dia 14 do mes corrente, conforme os termos da resolução n. 004/71, de 16 de dezembro de 1971, deste CETRAN, e publicada no "Diário Oficial do Estado", n. 9.452, de 14 de março de 1972. Motivado o plenário pelo sr. presidente, houve acalorados debates em que se manifestaram todos os conselheiros presentes, sobre o consequência da resolução em tela, tendo sido na ocasião solicitado ao conselheiro sr. Cap. PM. Osvaldo Paulo Martins, representante do DETRAN/SC, neste conselho, que aquele órgão, no seu costumeiro e imparcial procedimento, fiscalizasse a execução da referida resolução n. 004 do CETRAN. A seguir, foi concedida a palavra a pedido ao conselheiro sr. Ivo Liberato, representante do Sindicato das Empresas de Transportes de passageiros, que sugeriu que fosse também pintado o chão do estacionamento de Veículos frontal à Catedral em Florianópolis com fim de disciplinar os usuários naquele logradouro público. Finalmente, o sr. presidente, colocou a palavra a disposição dos senhores conselheiros presentes, como não houve nenhuma manifestação, foi dada por encerrada a sessão às 15.50 horas, tendo o sr. presidente, marcado nova reunião do conselho, para o dia 27 do cor-

dente, às 14.00 horas. Nada mais havendo a tratar, eu, Laudelino Celso Corrêa de Melo, secretário, lavro a presente ata, que vai assinada pelo sr. Major do Exército, Ramon Marques de Souza, presidente, e pelos membros presentes do conselho: Sr. Cap. PM. Osvaldo Paulo Martins vice-presidente; Sr Eng.º Humberto Machado, sr. Bel Francisco Evangelista; sr. Juvenal Schroeder, sr. Ivo Liberato; sr. Vitalino Alexandre Pereira; sr. Bel Manoel Antônio Fogaça de Almeida, Assessor Jurídico e sr. Laudelino C. G. de Melo, secretário, Ramon Marques de Souza, maj. do Ex. pres. do CETRAN/C.C.

-x-

SERVIÇOS SOCIAIS

Portaria P/26/SSS, de 5 de julho de 1972

O Secretário no uso de suas atribuições, resolve constituir a Comissão Organizadora do II Encontro Catarinense do Bem Estar do Menor, a realizar-se no período de 19 a 22 de setembro próximo vindouro, tendo como tema central "A Contribuição da Comunidade da Solução do Problema do Menor.

Maria Zélia Rodrigues — Coordenadora Geral — Secretaria dos Serviços Sociais.

Dr. Wladimir D'Ivanenko — Juiz da Vara de Menores.

Dr. Nuno Campos — Promotor da Vara de Menores.

Dr. Paulo Leonardo Medeiros Vieira — Advogado da Vara de Menores.

Prof. Humberto Bragaglia — Diretor da Divisão do Ensino Especial — Secretaria de Educação.

Antônio Rogério Matos — Representante Estadual da FNBEM. Brasília Marisa Rosa — Gabinete Civil do Palácio do Governo e SESI.

Jucilia Vieira de Castro — COHAB — SC.

Maria Thereza Baptista Bandeira Maia — Promotor.

A Comissão permanecerá constituída até o dia 29.10.72.

Portaria n. 046/CGP de 30 de junho de 1972

O Secretário no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 253, da lei 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, resolve: Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão do processo disciplinar instaurado pela portaria número 026/CGP/72, de 17.04.72, a contar de 17.06.72.

Portaria n. 047/CGP, de 30 de junho de 1972

O Secretário no uso das suas atribuições e de acordo com o artigo 253, da lei 4.425, de 16 de fevereiro de 1970 resolve: Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão do processo disciplinar instaurado pela portaria número 006/CGP/72, de 28.02.72, a contar de 28.06.72.

IPESC

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO P. N. 71/72

Concede a servidor do IPESC, gratificação referente a Horário industrial.

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina — IPESC —, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea C e H, da Lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962,

1962, resolve baixar a seguinte instrução:

1. Fica concedida a gratificação de 30% (trinta por cento) sobre os vencimentos ao funcionário Luiz Ayr Ferreira da Silva, Auxiliar Previdenciário, pelo regime de Horário Industrial a partir desta data.

2. Esta Instrução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina — IPESC — em Florianópolis, 07 de julho de 1972.

Luiz Alberto de Cerqueira Cintra, Presidente.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO P. N. 72/72

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina — IPESC —, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea "c", da Lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962, resolve:

Fazer cessar a partir desta data, os efeitos da Instrução de Serviço P. n. 66/70 de 21 de agosto de 1970, que designou Antenor João Amancio para exercer a função gratificada de Chefe do Serviço de Comunicações, símbolo FG-1.

Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina — IPESC — em Florianópolis, 06 de julho de 1972.

Luiz Alberto de Cerqueira Cintra, Presidente.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO P. N. 73/72

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina — IPESC — no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea "c", da Lei n. 3.138 de 11 de dezembro de 1972, resolve:

Designar Paulo Cesar Costa, ocupante do cargo efetivo de Oficial Previdenciário IP-12 do Sistema de Cargos Classificados do I.P.E.S.C., para exercer a função gratificada de Chefe do Serviço de Comunicações, símbolo FG-1 a partir desta data.

Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina — IPESC — em Florianópolis, 06 de julho de 1972.

Luiz Alberto de Cerqueira Cintra, Presidente.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO P. N. 74/72

Assegura vantagens nos termos do artigo 160.

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina — IPESC —, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea "c", da Lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962, resolve baixar a seguinte instrução:

1. Ao funcionário Syriaco Spyros Diamantaras, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, nível IP-16, fica assegurado em caráter permanente de acordo com o art. 160, da Lei n. 4.425, de 16.02.70, a gratificação de função correspondente à função gratificada de Chefe do Serviço de Contabilidade Central, símbolo FG-1, tendo em vista o despacho exarado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado em processo n. 2868.

2. Esta Instrução entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos à data da Instrução de Serviço P. n. 38/72, que se revoga.

Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina — IPESC — em Florianópolis, 06 de julho de 1972.

Luiz Alberto de Cerqueira Cintra, Presidente.

Instrução de serviço p. n. 76, de 10 de julho de 1972

Designa servidores para cumprir horas extraordinárias

O presidente no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, alínea "c" da lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962, resolve:

1. Ficam designados os funcionários Valdir da Silva, Silvio Pogério Vieira, Silvio Kormann e Odete Rosa Mafra, ocupantes do cargo de Oficial Previdenciário, lotados no Departamento de Contabilidade, para cumprir horas extraordinárias.

2. Esta Instrução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

-x-

TRANSPORTES E OBRAS

Apostila ao termo de contrato de Empreitada firmado com a Firma "A. Pereira Pavimentadora Ltda.", em 03.02.72, sob o número P.J. 004/72, para a execução dos serviços de calçamento à paralelepípedos na Estrada Palhoça — Santo Amaro da Imperatriz, Estaca zero à Estaca 97, forma abaixo:

Tendo em vista os termos do requerimento datado de 07.06.72, protocolado sob o n. 4.496, de 07.06.72, do DER/SC., em o qual a firma A. Pereira Pavimentadora Ltda., requer reajustamento de preços em face da elevação de salário mínimo e o despacho proferido pela Direção Geral do DER/SC., devidamente aprovado pelo Conselho Executivo, fica aditado, pela presente apostila o Termo de Contrato de Empreitada firmado com a firma "A. Pereira Pavimentadora Ltda.", firmado em 03 de fevereiro de 1972, para a execução dos serviços de calçamento à paralelepípedos na estrada Palhoça Santo Amaro da Imperatriz, subtrecho do calçamento de Santo Amaro da Imperatriz Estaca Zero à Estaca 97, para os fins de a ele se incorporar a presente apostila a qual ficou fazendo parte integrante do aludido contrato.

A cláusula quarta do Termo de Contrato P.J. n. 004/72, firmado com a firma "A. Pereira Pavimentadora Ltda.", passa a ter a seguinte redação:

1. — Valor: — O valor dos serviços com o fornecimento do material, atribuído a este Contrato, é de Cr\$ 314.732,01 (trezentos e quatorze mil setecentos e trinta e dois cruzeiros e um centavos).

2. — Dotação: — A despesa decorrente da execução deste Contrato será atendida à conta da verba 4.1.2.0: Serviço em Regime de Programação Especial — 3.201: Execução do Plano Plurianual, item 6 — Pavimentação.

Em tudo e mais fica perfeitamente ratificado o aludido Termo de Contrato P.J. 004/72, do qual a presente apostila, ficou fazendo parte integrante.

DER/SC., em Florianópolis, 03 de julho de 1972.

(Ass.) Etnani Abreu Santa Ritta, (Aprovado pelo Conselho Rodoviário do Estado em 1972). Reproduzido por ter saído com incorreção do original.

TRIBUNAL DE CONTAS

Retificações

Diário Oficial de 27.6.72 — Acórdão relativo ao balanço geral de 1971 do Conselho Diretor da Fundação Médico Hospitalar de Santa Catarina:

- 1) — O número do processo é ... 1.223/72 e não 1221/72.
- 2) — Item 3º, onde se lê: Orientadores, leia-se: Ordenadores.
- 3) — 1 — Onde se lê: Fernando Geraldo de Oliveira leia-se: Fernando Oswaldo de Oliveira.
- 4) — Onde se lê: FIS, leia-se PIS

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

REFLORESTADORA CATARINENSE S. A.

CGC 86.446.242/001 — IBDF 277
Ata da assembléa geral extraordinária

Aos trinta dias do mês de junho de um mil novecentos e setenta e dois às dezessete horas, na sede da Reflorestadora Catarinense S. A., sita à Av. Expedicionário José Pedro Coelho n. 1.050, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em assembléa geral extraordinária, em primeira convocação, os acionistas da Reflorestadora Catarinense S. A., para deliberarem sobre a ordem do dia constante no edital de convocação, publicado no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, edições de 20, 22 e 26 de junho de 1972. Estavam presentes acionistas possuidores de mais de 2/3 (dois terços) do capital subscrito, proprietários de ações ordinárias nominativas com direito a voto, conforme assinaturas lavradas no livro de "presença de acionistas". Iniciando os trabalhos, assumiu a presidência da assembléa o dr. Vendramin Antônio Silvestre, diretor-presidente da sociedade, que após conferir o livro registro de presença de acionistas e verificando o quorum legal e estatutário para deliberarem sobre a ordem do dia convidou a mim, Luiz Otávio Ramos de Medeiros para que secretariasse os trabalhos. Solicitou o sr. presidente que por mim fosse lido o edital de convocação, cujos termos são os seguintes: Reflorestadora Catarinense S. A. — CGC 86.446.242/001 — Assembléa geral extraordinária — Convocação. São convocados os senhores acionistas desta sociedade para a assembléa geral extraordinária a realizar-se no dia 30 de junho de 1972, às 17,00 horas em sua sede social, à Av. Exp. José Pedro Coelho n. 1.050, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º) Ratificação das deliberações da assembléa geral ordinária realizada em 28 de abril de 1962, com respeito ao balanço geral, conta de lucros e perdas, relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal; eleição dos membros do conselho fiscal e suplentes para o presente exercício, ratificações de outras deliberações tomadas; 2º) ratificação do aumento de capital de Cr\$ 426.500,00 para Cr\$ 1.300.000,00 verificado na assembléa geral extraordinária de 11 de setembro de 1971; 3º) transformação da sociedade em sociedade de capital autorizado regida no que for aplicável pela lei 4.728, de 14.07.1965; 4º) alteração dos estatutos da sociedade; 5º) autorização de aumento de capital até Cr\$ 3.000.000,00; 6º) outros assuntos de interesse da sociedade. Tubarão (SC), 16 de junho de 1972. Dr. Vendramin Antônio Silvestre, diretor-presidente. A seguir o senhor presidente mandou que fosse procedida por mim secretário, a leitura da proposta da diretoria, que é submetida

à assembléa para deliberação que já recebeu parecer favorável do conselho fiscal e que tem o seguinte teor: Proposta da diretoria para deliberação da assembléa geral extraordinária a realizar-se no dia 30 de junho de 1972. Senhores acionistas: I — Ratificação das deliberações da assembléa geral ordinária realizada em 28 de abril de 1972, com respeito a: 1 — Balanço geral, conta de lucros e perdas relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal, o que foram, todos, discutidos e aprovados naquela ocasião por unanimidade. Levada a matéria a apreciação e votação da assembléa, a mesma foi ratificada em todos os seus termos, por unanimidade. 2) Eleição dos membros do conselho fiscal e suplentes para o presente exercício, tendo sido eleitos naquela ocasião os senhores: Pedro Fuchter, Zelindro Damiani e Hamilton Lutz Cargnini, para membros efetivos, e os senhores: Dr. Arari Cardozo de Bittencourt, dr. Constantino Zomer e Waldemar Elizeu Nunes, como suplentes, os quais já tomaram posse no último dia 10 de maio. Lido este item, o sr. presidente colocou o mesmo em votação, tendo sido aprovada a sua ratificação por unanimidade de votos. 3) Fixação dos honorários do sr. diretor-técnico, de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a partir do mês de maio último, ficando os demais diretores por sua própria solicitação, sem receber honorários até o mês de maio de 1973. E fixar os honorários de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) para cada membro do conselho fiscal, por reunião, quando convocados. Terminada a leitura deste item o assunto ali proposto foi ratificado e/ou aprovado por unanimidade. II — Ratificação de outras deliberações tomadas, como a anulação total da reforma estatutária efetuada naquela assembléa geral ordinária, a qual não se ajusta mais as necessidades da sociedade e que, com modificações será objeto da assembléa geral extraordinária a ser convocada. O sr. presidente, então, conclamou os presentes para deliberarem sobre o assunto, tendo sido anulada a alteração estatutária verificada na assembléa geral ordinária de 28 de abril transato, por unanimidade. Esclareceu o sr. presidente que a reforma dos estatutos será, ainda, objeto da presente assembléa geral extraordinária, assunto do item quarto do edital de convocação. III — Ratificação do aumento de capital de Cr\$ 426.500,00 (quatrocentos e vinte e seis mil e quinhentos cruzeiros) para Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros), verificado na assembléa geral extraordinária, realizada em 11 de setembro de 1971, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob n. 35.014, em 26 de outubro de 1971, e publicada no "Diário Oficial" do Estado em 12 de novembro de 1961. Sendo que o capital de Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros) seria representado pela emissão de 1.300.000

(um milhão e trezentos mil) ações, no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada, divididas em 698.000 (seiscentas e noventa e oito mil) ações ordinárias, e 602.000 (seiscentas e duas mil) ações, preferenciais, sendo que as ações ordinárias já se acham totalmente e integralmente subscritas pelos acionistas da empresa. Quanto as ações preferenciais, parte já foram subscritas e integralizadas com recursos de incentivos fiscais do imposto de renda, de acordo com o decreto-lei n. 1.134, de 16.11.70, e do regulamento dos incentivos fiscais para o desenvolvimento florestal do país, aprovado pelo decreto 68.565, de 29.04.71, tendo sido integralizada a importância de Cr\$ 336.515,00 (trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e quinze cruzeiros) e emitidas cauteladas representativas de 336.515 (trezentos e trinta e seis mil quinhentas e quinze) ações preferenciais, nominativas, sem direito a voto cujos subscritores constam da relação a parte. Sendo que o restante da subscrição será efetuada na medida das liberações de verbas pelo IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, das captações de incentivos já efetuadas. Solicita, também a aprovação e ratificação da emissão de ações subscritas e integralizadas com recursos de incentivos fiscais, relativa a verba já liberada e paga pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, num total de Cr\$ 336.515,00 (trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e quinze cruzeiros) importância esta representada pela emissão de 336.515 (trezentos e trinta e seis mil, quinhentas e quinze) ações preferenciais nominativas "Classe A", cujos possuidores são os constantes da relação anexa. O senhor presidente então solicitou a mim que lesse os nomes dos possuidores das ações e o valor subscrito e integralizado. A. Nunes & Cia. Ltda. — CGC 86.434.727/001 — Cr\$ 2.776,00; Ademar H. da Silva — CGC 86.433.018/001 — Cr\$ 146,00; Afonso Macalossi & Cia. — CGC 85.284.693/001 Cr\$ 54,00; Agenor N. Marques CGC 86.438.428/001 — Cr\$ 145,00; Car- Manoel Vieira — CGC 62.567.876/001 — Cr\$ 222,50; Aggeu da Silva Medeiros — CGC 86.429.248/001 — Cr\$ 91,00; Agro-Campo Com. e Rep. Ltda. — CGC 86.445.624/001 — Cr\$ 983,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,50; Agular & Oliveira — CGC 86.431.277/001 — Cr\$ 1.850,00; Alcebiadas & Edgard Zomer Ltda. — CGC 85.285.385/001 — Cr\$ 342,00; Alcino Quarezemim — CGC 85.285.062/001 — Cr\$ 680,00; Altamiro Ferreira Mattos — CGC 82.563.867/001 — Cr\$ 352,00; Angelo Cechella & Cia. — CGC 86.429.339/001 — Cr\$ 185,00; Angelo Lolli — CGC 85.285.954/001 — Cr\$ 420,00; Angelo Viviani & Cia. — CGC 85.937.829/001 — Cr\$ 600,00; Antônio Soares Martins — CGC 86.431.640/001 — Cr\$ 406,00; Antônio Zomer — CGC 85.285.096/001 — Cr\$ 196,00; Arnaldo Junkes — CGC 80.430.816/001 — Cr\$ 359,00; Ascendino Sá & Filho — CGC 82.565.433/001 — Cr\$ 3.224,00; Banco do Estado de Santa Catarina S. A. — CGC 83.876.903/001 — Cr\$ 30.100,00; Benício Corrêa de Souza — CGC 86.446.373/001 — Cr\$ 193,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,26; Bento Francisco Júnior — CGC 36.429.354/001 — Cr\$ 169,00; Bruno Cumbarski — CGC 82.564.767/001 — Cr\$ 327,00; Cafe Castro Com. e Ind. Ltda. — CGC 86.428.646/001 — Cr\$ 5.073,00;

Cancelier & Sachetti — CGC 86.438.728/001 — Cr\$ 145,00; Carbonifera União Ltda. — CGC 83.649.983/001 — Cr\$ 26.475,00; Carlid Representações — CGC 83.874.941/001 — Cr\$ 270,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,20; Casa Confiança Ltda. — CGC 86.430.279/001 — Cr\$ 263,00; Cassão Souza & Cia. — CGC 86.443.439/001 — Cr\$ 473,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,24; Central Elétricas de Santa Catarina S. A. "Celes" — CGC 83.878.892/001 — Cr\$ 12.414,00; Cerealista Volpato Ltda. — CGC 86.444.874/001 — Cr\$ 325,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,84; Cittadim & Cia. — CGC 85.077.840/001 — Cr\$ 109,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,70; Comercial Auto Peças Ltda. — CGC 86.442.986/001 — Cr\$ 168,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,11; Comércio de Automóveis Laguna Ltda. — CGC 84.905.256/001 — Cr\$ 329,00; Comércio de Automóveis Tubarão S. A. — CGC 86.428.976/001 — Cr\$ 5.276,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,60; Companhia Catarinense de Crédito Financiamento e Investimentos — CGC 83.880.427/001 — Cr\$ 18.770,00; Companhia Catarinense de Seguros — CGC 82.639.311/001 — Cr\$ 4.027,00; Continental Hotel de Liza Parey — CGC 85.938.017/001 — Cr\$ 546,00; Costa Silveira Ltda. — CGC 86.443.694/001 — Cr\$ 115,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,28; Crocetta & Cia. Ltda. CGC 85.285.179/001 — Cr\$ 414,00; Custódio José de Souza; CGC 86.431.798/001 — Cr\$ 35,00; Darwin Bez Batti CGC 85.529.849/001 Cr\$ 1.710,00; Darwin Marcon & Irmãos CGC 86.430.324/001. Cr\$ 510,00; E. Catâneo & Cia. CGC 85.286.623/001 Cr\$ 319,00; Edgard Rudi da Silva Mattos; CGC 85.286.852/001 Cr\$ 797,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,70; Elias Turazzi CGC 85.285.146/001 Cr\$ 187,00; Empresa Braconortense Ltda. CGC 86.432.838/001 Cr\$ 2.889,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,82; Engenharia e Construções Ltda. CGC 86.430.899/001 Cr\$ 12.627,00; Escritório Benedito Novo Ltda. CGC 85.938.421/001 Cr\$ 230,00; Escritório dos Municípios Ltda. CGC 83.894.815/001 Cr\$ 37,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,80; Esmaltados Catarinense Ltda. CGC 85.286.895/001 Cr\$ 153,00; Euclides Santos Lorenzi CGC 85.077.360/001 Cr\$ 228,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,20; Farmácia Tubaronense Ltda. CGC 86.432.226/001 Cr\$ 268,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,78; Felipe Sport Ltda. CGC 83.877.034/001 Cr\$ 284,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,20; Fernando Genovez CGC 86.429.107/001 Cr\$ 2.329,00; Formacon Fornecedora de Material Contábil Ltda. CGC 83.875.893/001 Cr\$ 100,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,80; Francisco Zomer CGC 85.285.963/001 Cr\$ 316,00; G. Viana & Cia. CGC 86.436.847/001 Cr\$ 1.448,00; Gaddotti & Starke CGC 85.936.417/001 Cr\$ 240,50; Guilherme B. Desan & Cia. CGC 85.286.342/001 Cr\$ 208,00; Guimarães & Cia. Ltda. CGC 86.431.673/001 Cr\$ 697,00; H. Locks Construções Ltda. CGC 86.445.053/001 Cr\$ 698,00; saldo para futuro aumento de capital

Cr\$ 0,60; Hamilton da Silva CGC 29.440.955/001 Cr\$ 485,00; Heinrich Ruprecht CGC 35.935.739/001 Cr\$ 560,00; Hélio Antonio Pereira CGC 86.440.153/001 Cr\$ 4.519,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,88; Henrique Meneghel CGC 86.429.297/001 Cr\$ 1.042,00; Herondina R. da Silva CGC 86.447.430/001 Cr\$ 65,00; Indústria Cerâmica Imitubia S.A. CGC 86.443.389/001 Cr\$ 85.035,00; Ind. e Com. Alvisé Ltda. CGC — 85.936.672/001 Cr\$ 620,00; Irmãos Beltrame Ltda. CGC 86.443.389/001 Cr\$ 167,00; Irmãos Cadorin CGC 56.530.300/001 Cr\$ 721,00; Irmãos Fernandes CGC 86.429.479/001 Cr\$ 3.188,00; Irmãos Mazon Ltda. CGC 86.444.676/001 Cr\$ 177,00; Irmãos Souza Ltda. CGC 86.436.946/001 Cr\$ 2.699,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,90; J. Junkes & Cia. Com. e Ind. CGC 86.435.849/001 Cr\$ 3.602,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,20; J. N. Aguiar & Cia. CGC 86.442.696/001 Cr\$ 102,00; Jacob Martins de Souza CGC 86.428.943/001 Cr\$ 230,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,30; Jaime Volpato Cealim CGC 86.445.541/001 Cr\$ 1.294,00; saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,11; João B. Coan Ltda. CGC 86.444.791/001 Cr\$ 84,00; João Comelli CGC 85.284.883/001 Cr\$ 102,00; João Lúcio Dias CGC 85.078.111/001 Cr\$ 259,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,70; João Manoel de Bem CGC 86.430.360/001 Cr\$ 314,00; João Vitorino Generoso CGC 82.565.201/001 Cr\$ 314,00; Jorge R. Miguel & Irmão CGC 86.436.896/001 Cr\$ 675,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,50; José A. Teixeira & Cia. CGC 86.429.119/001 Cr\$ 184,00; José Antônio Botega & Cia. Ind. e Com. CGC 86.431.012/001 Cr\$ 2.634,00; José Assumpção Duarte CGC 86.438.553/001 Cr\$ 327,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,35; José Augusto da Silva CGC 86.431.156/001 Cr\$ 951,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,87; José J. Silvano CGC 86.441.706/001 Cr\$ 367,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,69; José Medeiros Nunes CGC 86.440.773/001 Cr\$ 438,00; José Moisés Canto CGC 86.432.176/001 Cr\$ 931,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,32; José Sombrio CGC 86.442.050/001 Cr\$ 124,00; L. M. Santos & Cia. Ltda. CGC 86.445.020/001 Cr\$ 196,00; Laudir J. Felisbino & Cia. CGC 85.287.381/001 Cr\$ 710,00; Leonir Bez CGC 85.077.113/001 Cr\$ 2.867,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,20; Lídia Serafim Luciano CGC 85.078.244/001 Cr\$ 198,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,10; Loja Bett Ltda. CGC 85.285.047/001 Cr\$ 201,00; Luiz Presciani CGC 85.285.701/001 Cr\$ 245,00; Luiz Crocetta CGC 85.286.110/001 Cr\$ 507,00; M. A. Linhares & Irmão Ltda. CGC 83.874.537/001 Cr\$ 590,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,10; M. G. Araújo & Cia. CGC 86.429.578/001 Cr\$ 1.767,00; M.M. Silva Ltda. Representações CGC 85.599.330/001 Cr\$ 756,00; Manoel Costa CGC 86.431.053/001 Cr\$ 1.836,00; Manoel Gonzaga de Oliveira CGC 86.429.453/001 Cr\$ 461,00; Maria Grandi Izé CGC 86.132.010/001 Cr\$ 556,00; saldo para futuro au-

mento de capital Cr\$ 0,56; Mário Buzzi CGC 85.936.383/001 Cr\$ 750,00; Mazon & Cia. CGC 85.284.941/001 Cr\$ 102,00; Medeiros Filho & Cia. CGC 85.429.966/001 Cr\$ 248,00; Michels & Irmão CGC 86.431.681/001 Cr\$ 894,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,71; Mineração N. Sra. do Carmo Ltda. CGC 83.647.750/001 Cr\$ 11.948,00; Molas Autobarão Ltda. CGC 86.428.695/001 Cr\$ 898,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,93; Móveis Universal Ind. e Com. Ltda. CGC 82.585.235/001 Cr\$ 128,00; Nelson Anselmo Ribeiro CGC 86.443.629/001 Cr\$ 122,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,35; Nereu Tonon CGC 86.430.865/001 Cr\$ 516,00; Nery Florêncio Koch CGC 86.432.036/001 Cr\$ 454,00; Newlon Vieira Neves CGC 86.431.111/001 Cr\$ 239,00; Nicácio Fontanella CGC 86.531.548/001 Cr\$ 262,00; Norberto Brunato & Cia. CGC 86.432.879/001 Cr\$ 973,00; Orlandi & Porto Ltda. CGC 86.437.613/001 Cr\$ 44,00; Otávio Dalsasso CGC 85.076.933/001 Cr\$ 200,00; Otávio Manoel Baptista CGC 85.077.402/001 Cr\$ 226,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,80; Otávio Rossi CGC 85.077.287/001 Cr\$ 546,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,71; Osmar dos Santos Genemias CGC 85.077.857/001 Cr\$ 231,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,70; Ony Silvério CGC 86.434.239/001 Cr\$ 3.278,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,80; Oswaldo Mazzucco CGC 86.449.238/001 Cr\$ 451,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,82; Palermo Hotel Ltda. CGC 86.438.587/001 Cr\$ 474,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,75; Paulo M. A. & Filhos CGC 86.429.909/001 Cr\$ 1.979,00; Pedro Paulo S. Sant'Ana CGC 86.436.748/001 Cr\$ 679,00; Plínio Carrer CGC 85.077.196/001 Cr\$ 154,00; Prociório Silva Jr. & Cia. CGC 82.563.388/001 Cr\$ 3.376,00; Reuchutagem e Vulcanização Real de Omero Clezar CGC 82.563.446/001 Cr\$ 2.784,00; Reflorestadora Catarinense S. A. CGC 86.446.242/001 Cr\$ 1.414,00; Relojoaria e Ótica Fernaldi CGC 86.429.503/001 Cr\$ 782,00; Resilcula Irmãos Bressan Ltda. CGC 86.435.955/001 Cr\$ 2.258,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,72; Resmini & Citadin CGC 85.077.071/001 Cr\$ 373,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,80; Retífica e Mecânica Tubaronense Ltda. CGC 86.444.270/001 Cr\$ 316,00; Roberto Patrício Lima CGC 86.444.775/001 Cr\$ 426,00, saldo para futuro aumento de capital Cr\$ 0,72; Rudolfo Gunz CGC 85.936.508/001 Cr\$ 885,00; Theodolino P. Balbinot CGC 86.431.632/001 Cr\$ 154,00; Transporte May Ltda. CGC 86.429.529/001 Cr\$ 10.380,00; Urbano Grechi & Cia. CGC 82.567.041/001 Cr\$ 314,00; Valentin Zomer CGC 85.284.982/001 Cr\$ 698,00; Walter Paganelli CGC 85.936.839/001 Cr\$ 775,00; Werner Bowens CGC 85.936.532/001 Cr\$ 510,00; Willy Zumblick & Filhos CGC 86.429.131/001 Cr\$ 4.515,00; Maximiliano Galdzinski S. A. CGC 86.532.538/001 Cr\$ 11.392,00; finalizada a leitura o srs. presidente colocou a matéria em votação, solicitando a ratificação do aumento de capital efetuado

em 11.09.71 e a aprovação e ratificação das ações emitidas, subscritas e integralizadas com recursos oriundos do decreto-lei n. 1.134, de 16.11.70. Submetidas às votações e feito a apuração foi a matéria aprovada por unanimidade, sem restrições. IV — Transformação da sociedade em sociedade de capital autorizado regida, no que for aplicável, pela lei 4.728, de 14.07.65, que faculta a constituição de sociedade de capital autorizado, nas quais a assembleia geral delibera e fixa o limite máximo do capital a ser subscrito e a diretoria, dentro deste limite, poderá decidir a fixar as diversas parcelas de integralização, a medida da necessidade dos recursos financeiros. Tratase de uma forma de sociedade que se adapta especialmente a Empresas em implantação e, considerando ser esta, na fase atual, a situação da nossa sociedade, a diretoria propõe a transformação da sociedade em sociedade de capital autorizado nos termos da lei 4.728, de 14 de julho de 1965. Fixação do capital autorizado de até Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros), já ratificado por esta assembleia, para que a Empresa possa ter condições de angariar recursos para implantação de seu projeto de reflorestamento. O sr. presidente, colocou a matéria em debate no item IV em votação. Após breves debates foi efetuada a votação, tendo a matéria sido aprovada por unanimidade. V. Alteração dos estatutos da sociedade: Em face das proposições descritas nos item IV que, por si, exigem a alteração dos estatutos sociais, esta diretoria examinou detalhadamente a redação de todos os itens dos estatutos em vigor e propôs a substituição de alguns artigos e, ou inclusões e modificações na redação de outros. Os artigos a serem alterados, ou os parágrafos a serem inseridos são: a) Ao artigo 1º, dos estatutos da sociedade é acrescentado um parágrafo único com a seguinte redação: Artigo 1º — Parágrafo único — A sociedade terá como sigla a palavra "Refloresul", que deverá constar em todos os documentos oficiais da Empresa, seja como símbolo, distico, emblema ou qualquer outra forma. b) O artigo 4º, passará a ter a seguinte redação: Artigo 4º — A sociedade tem um capital autorizado de Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros), divididos em 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) ações nominativas e/ou nominativas endossáveis, no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, das quais 698.000 (seiscentas e noventa e oito mil) ações ordinárias e 602.000 (seiscentas e duas mil) ações preferenciais classe "A". Parágrafo primeiro — A sociedade poderá emitir ações preferenciais das classes "A, B, C e D", cujas características são: a) As ações preferenciais classe "A" não terão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais, e serão integralizadas mediante utilização de incentivos fiscais do imposto de renda, nos termos do decreto-lei n. 1.134, de 16.11.70, e regulamento aprovado pelo decreto n. 68.565, de 29.04.71, sendo intransferíveis por 5 (cinco) anos, a partir da data em que, a critério do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, o empreendimento florestal houver sido aprovado, conforme determina o artigo 18, do regulamento aprovado pelo decreto 68.565, de 29.04.71; b) As ações preferenciais classe "B" terão direito a voto nas delibera-

ções das assembleias gerais, e serão integralizadas mediante utilização de incentivos fiscais do imposto de renda, nos termos do decreto-lei n. 1.134, de 16.11.70, e regulamento aprovado pelo decreto n. 68.565, de 29.04.71, sendo intransferíveis por 5 (cinco) anos, conforme citação feita no item anterior; c) As ações preferenciais classe "C" terão direito a voto e serão de subscrição sem utilização de incentivos fiscais; d) As ações preferenciais classe "D" não terão direito a voto e serão de subscrição sem utilização de incentivos fiscais. Parágrafo segundo — As ações preferenciais classe "A" e "B" terão a seguinte inscrição, seja tipográfica ou através de carimbo: "Intransferível pelo prazo de 5 (cinco) anos, de acordo com o artigo 18, do regulamento dos incentivos fiscais para o Desenvolvimento Florestal do país, aprovado pelo decreto n. 68.565, de 29.04.71, e conforme o artigo 20, § 1º — dos estatutos sociais que regem a sociedade. Parágrafo terceiro — A sociedade não poderá permitir a conversão de ações nominativas e/ou nominativas endossáveis em ao portador. c) O artigo 5º, passará a ter a seguinte redação: Artigo 5º — Os acionistas somente gozarão do direito de preferência, na subscrição de ações novas, se estas: a) forem emitidas e lançadas por valor inferior ao de sua cotação na bolsa, no caso de as ações da sociedade serem negociáveis na bolsa de valores; b) forem lançadas por valor inferior ao do patrimônio líquido no caso de as ações da sociedade não terem cotação na bolsa de valores (art. 46, § 3º, da lei 4.728, de 14.7.65); § 1º — Ocorrendo uma das hipóteses previstas acima a diretoria, antes de cada lançamento a subscrição de ações do capital autorizado, fará publicar um aviso no "Diário Oficial", do Estado e em jornal de grande circulação, fixando a proporção, o prazo e o local para o exercício de preferência, prazo esse que não poderá ser inferior a trinta dias contados dessa publicação. § 2º — Em todas as publicações e documentos onde constar o capital social, a sociedade deverá indicar, obrigatoriamente, a parte subscrita e a parte ainda não subscrita do capital autorizado. § 3º — Observado o limite do capital autorizado, a diretoria da sociedade poderá colocar a emitir ações para subscrições, ouvido o conselho fiscal. § 4º — As deliberações mencionadas no parágrafo anterior serão tomadas em reunião da diretoria, constarão de ata e indicarão: a) o número e o tipo de ações emitidas; b) se a subscrição ou colocação será particular ou mediante oferta pública; c) o valor pelo qual as ações deverão ser lançadas, nunca inferior ao seu valor nominal; d) o prazo para colocação ou subscrição; e) a forma de integralização das ações, podendo ser em moeda corrente nacional ou por aproveitamento de créditos; f) o prazo de integralização, que poderá ser de, no máximo 12 (doze) meses com uma realização mínima de 15% (quinze por cento); § 5º — Na hipótese das ações serem colocadas à venda por valor superior ao nominal, o ágio será registrado em rubrica própria, no passivo não exigível, para futuramente ser aplicado em aumento de capital. § 6º — Nos casos de dissidência previsto em lei, o valor do reembolso das ações será determinado pela regra prevista no § 1º, do artigo 107, do decreto-lei n. 2.627, de 26.09.40, porém nunca superior ao valor nominal. § 7º — A so-

cidade poderá adquirir as suas próprias ações: a) mediante a aplicação de lucros acumulados ou do capital excedente, casos em que não haverá redução do capital subscrito; b) por doação; § 8º — As ações em tesouraria poderão ser revendidas e só depois de novamente colocadas terão direito a voto nas assembleias gerais; d) o artigo 10, passará a ter a seguinte redação: Artigo 10 — Cada ação ordinária e ou preferencial das classes "B" e "C" dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral; e) o artigo 12, passará a ter a seguinte redação: Artigo 12 — As ações preferenciais classes "A" e "D" não darão direito a voto, mas, juntamente, com as preferenciais "B" e "C", gozarão das seguintes vantagens: a) prioridade na distribuição de dividendos anuais de, no mínimo, 8% (oito por cento); b) direito de participar, em absoluta igualdade de condições, com os demais acionistas, na distribuição de ações, ou de quaisquer outros títulos, bonificações ou vantagens, mesmo no caso de incorporação de reservas, valorização ou reavaliação do ativo; c) prioridade no reembolso do capital, em caso de encerramento das atividades por parte da sociedade, com exceção das preferenciais classes "A" e "B" que se regerão pelo regulamento dos incentivos fiscais aprovado pelo decreto n. 68.565, de 29.04.71, e/ou legislações posteriores, no que for aplicável, sendo necessária a anuência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF; f) ao art. 20, são acrescentados os seguintes parágrafos: Artigo 20 — § 1º — As ações preferenciais classe "A" e "B" sómente poderão ser transferidas obedecido o prazo estipulado pelas letras "a" e "b" do § 1º do artigo 4º, destes estatutos; § 2º — Os certificados de participação em reflorestamento e/ou contratos de cessão de terras e implantação florestal, poderão ser convertidos em ações ordinárias e/ou preferenciais na forma do que dispõe o § 1º do artigo 18, do regulamento dos incentivos fiscais para o Desenvolvimento Florestal do País, aprovado pelo decreto n. 68.565, de 29.04.71, mediante aprovação da assembleia geral, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, e por solicitação dos interessados. g) o artigo 21, passará a ter a seguinte redação: Artigo 21 — A transferência das ações opera-se: a) as nominativas por termo lavrado no livro "transferências de ações nominativas", datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou seus legítimos representantes; b) as nominativas e endossáveis, de acordo com o que preceitua o artigo 34, da lei 4.728, de 14.07.65, e legislação posterior que venha a reger a matéria; h) o artigo 22, passará a ter a seguinte redação: Artigo 22 — É assegurado aos acionistas portadores de ações ordinárias e preferenciais classes "C" e "D", na proporção das ações que já possuírem na sociedade o direito de preferência para subscrição de novas ações, resultantes de emissão para aumento de capital. Parágrafo único — Não gozarão desta vantagem os portadores de ações preferenciais classes "A" e "B", conforme parágrafo único do artigo 15, do Regulamento dos incentivos fiscais para o Desenvolvimento Florestal do País aprovado pelo decreto n. 68.565, de 29.04.71., podendo, entretanto, a diretoria, ouvido o conselho fiscal, estender a vantagem do direito de preferência, ex-

cepcionalmente e por liberalidade, aos possuidores, dessas ações. i) no caso de subscrição de novas ações para aumento de capital, alias; 1) o art. 24, passará a ter a seguinte redação: Artigo 24 — No caso de subscrição de novas ações para aumento de capital, o pagamento das importâncias das ações subscritas se efetuará pela forma que a diretoria determinar, dentro das normas estabelecidas pela letra "f" do § 4º, do artigo 5º, destes estatutos. Parágrafo único — Não falta de pagamento, total ou parcial, nas datas estabelecidas, a sociedade procederá na forma da lei; j) o artigo 35, passará a ter a seguinte redação: Artigo 35 — Em caso de falecimento, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer membro da diretoria, os diretores remanescentes, juntamente com o conselho fiscal escolherão um diretor que o deverá substituir até primeira assembleia geral, dentro de 90 (noventa) dias, quando então esta escolherá o substituto definitivo, que terminará o mandato do primitivo diretor, respeitadas, entretanto, as normas estabelecidas pelo artigo 29, destes estatutos. Finalizada a leitura da reforma estatutária, o sr. presidente perguntou aos presentes se desejavam alguma explicação mais pormenorizada. Nenhum dos presentes se manifestara, então o sr. presidente colocou a matéria em votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, sem restrições. VI — Autorização de aumento de capital de até Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros). Em virtude de implantação de projetos de reflorestamento e aquisição de novas áreas de terras necessárias ao bom andamento dos trabalhos da Empresa, sendo que o projeto atualmente em implantação irá necessitar de um investimento de Cr\$ 806.934,24 (oitocentos e seis mil e novecentos e trinta e quatro cruzeiros e vinte e quatro centavos); e o projeto que já estão sendo feitos os levantamentos técnicos, provavelmente, irá necessitar de investimentos da ordem de Cr\$ 1.175.000,00 (um milhão, cento e setenta e cinco mil cruzeiros), a fora a correção monetária determinada em lei, além da instalação do posto de pesquisas e produção de mudas de Jaguaruna (SC), orçado em Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), e a compra, de novas áreas calculada em Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), solicita autorização para elevar o capital para Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), montante este, que será o capital necessário para os investimentos a serem efetuados até final de 1974, ou seja para os próximos 3 (três) anos. Este capital seria emitido e colocado pela diretoria, ouvido o conselho fiscal, dentro das necessidades financeiras da Emp. Tomando da palavra o sr. presidente informou aos presentes que, após consulta feita ao dr. José Prudência, Assessor Jurídico da firma Moritz S.A. Corretora de Câmbio e Títulos, o mesmo aconselhou a não aumentar o capital autorizado, deixando-o em Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros), por motivos de ordem legal. Solicitou então aos presentes que a matéria deixasse de ser votada, ou, se o fosse, solicitava a sua não aprovação. Então os acionistas presentes resolveram não aprovar a matéria, continuando assim o capital autorizado de

Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros). VII — Outros assuntos de interesse da sociedade. Solicitar a ratificação da deliberação tomada pela assembleia geral ordinária de 28.04.72, sobre a não distribuição do lucro auferido no exercício de 1971, de Cr\$ 8.014,00 (oito mil e quatorze cruzeiros), transferindo-o para a conta reserva para aumento de capital, juntamente com os saldos das contas reservas gerais de Cr\$ 2.992,00 (dois mil novecentos e noventa e dois cruzeiros); e Cr\$ 10.474,81 (dez mil, quatrocentos e setenta e quatro cruzeiros e oitenta e um centavos), na conta de lucros em suspenso. Solicitar a ratificação da aprovação do resultado da correção do ativo imobilizado, cujo montante é de Cr\$ 28.137,06 (vinte e oito mil, cento e trinta e sete cruzeiros e seis centavos), feita de acordo com o que preceitua a lei 4.357, de 16.07.64, e contabilizada no passivo inexigível, à conta correção monetária do ativo imobilizado. Terminada a leitura a matéria foi colocada em votação, tendo sido a mesma aprovada e ratificada, sem restrições. Solicitou, então, o sr. presidente, a mim secretário, que lesse o parecer do conselho fiscal, sobre a matéria até aqui já proposta, deliberada, votada para conhecimento de todos. Conveniente é salientar, disse o sr. presidente, que o início desta assembleia, foi externado a todos o parecer favorável do conselho fiscal, para as diversas matérias hoje votadas e discutidas. Parecer do conselho fiscal sobre a proposta da diretoria para: I — Ratificação das deliberações da assembleia geral ordinária realizada em 28 de abril de 1972, com respeito a: 1) balanço geral, conta de lucros e perdas, relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal; 2) eleição dos membros do conselho fiscal; 3) fixação dos honorários do sr. diretor técnico; II ratificação e/ou anulação total da reforma estatutária efetuada naquela ocasião; III) ratificação do aumento de capital de Cr\$ 426.500,00 (quatrocentos e vinte e seis mil e quinhentos cruzeiros) para Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros) verificado na assembleia geral extraordinária de 11.09.71; IV — transformação da sociedade em sociedade anônima de capital autorizado, regida, no que for aplicável, pela lei 4728, de 14.7.65; V — alteração dos estatutos da sociedade; VI autorização de aumento de capital de até Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros); os membros do conselho fiscal abaixo assinados, concluíram pelo acerto das medidas propostas, que observam os preceitos legais e merecem ser aprovadas pelos srs. acionistas. Tubarão (SC), 24 de junho de 1972. Pedro Fuchter; Zelindro Damian; Hamilton Luiz Carni. Finalizada a leitura do documento, o sr. presidente tomando da palavra, falou aos presentes do método usado para as deliberações dos assuntos em pauta. O debate e votação de item por item é mais demorado, porém, mais simples e objetivo, para que os assuntos possam ser melhor esclarecidos. A seguir colocou a palavra à disposição de quem dela desejasse fazer uso. Não havendo ninguém de desejo de fazer uso da deferência o sr. presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a confecção da presente ata, que após lida e achada conforme foi aprovada pelos presentes. Tubarão (SC), 30 de junho de 1972.

Dr. Vendramim Antônio Silvestre, diretor-presidente. Luiz Otávio Ramos Medeiros, secretário da assembleia.

CERTIDÃO

Certifico que o original da presente foi arquivado sob n. 36/290, por despacho da Junta Comercial do Estado, em sessão de hoje.

Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 6 de julho de 1972.

Eduardo Nicolich, secretário geral.

Reconheço por semelhança as firmas indicadas com a seta que uso. Em testemunho M. S., da verdade. Tubarão, 04 de julho de 1972.

Marlêsi da Silva, p/tabelião. (4.100)

— x —

DÖHLER S. A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Ata da assembleia geral extraordinária

Aos vinte e seis dias do mês de maio de um mil e novecentos e setenta e dois, às nove horas, reuniram-se em assembleia geral extraordinária, os acionistas da firma Döhler S. A. Comércio e Indústria, devidamente inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n. 84.683.408, em sua sede à rua Alexandre Döhler, n. 144, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, devidamente convocados, representando a totalidade do capital social. Declarando instalada a assembleia o diretor presidente, senhor Arno Waldemar Döhler Jr., na forma dos estatutos assumiu a presidência e designou a mim, Udo Döhler, para servir de secretário. Constituída assim a mesa, o senhor presidente determinou a leitura dos editais de convocação, publicados no jornal "A Notícia", desta cidade, edições de 21, 23 e 25, de abril de 1972, e no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, edições de 25 e 27 de abril e 2 de maio de 1972, da proposta da diretoria, relativa ao aumento do capital social e alteração parte dos estatutos e o parecer do conselho fiscal, o que fiz, como secretário, sendo estes documentos aqui transcritos do seguinte teor: Assembleia geral extraordinária — Convocação — Ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade, a se reunirem em assembleia geral extraordinária em 26 de maio do corrente ano, às 9.00 horas, em sua sede, a rua Alexandre Döhler, n. 144, em Joinville, a fim de deliberarem sobre a seguinte — Ordem do dia — I — Aumento do capital social de Cr\$ 3.200.000,00 para Cr\$ 4.800.000,00, mediante incorporação da reserva para manutenção do capital de giro, reservas livres, correções monetárias do ativo imobilizado e direitos creditórios; 2º — Alterações estatutárias; 3º — Outros assuntos de interesse da sociedade. Joinville, 19 de abril de 1972. Arno Waldemar Döhler Jr., diretor-presidente. Proposta da diretoria — senhores acionistas — O capital da Döhler S. A. Comércio e Indústria é insuficiente para atender às necessidades de desenvolvimento da Sociedade, razão pela qual esta diretoria sente imperiosa necessidade de aumentá-lo, propondo o seguinte: Aumentar o nosso capital social em Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros), indo de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros) para Cr\$ 4.800.000,00 (quatro mi-

lhões e oitocentos mil cruzeiros). Este aumento poderá ser realizado da seguinte maneira: a) Cr\$ 1.064.962,00 (um milhão sessenta e quatro mil e novecentos e sessenta e dois cruzeiros) com utilização de diversos fundos, distribuição esta que será feita aos acionistas na proporção das ações que já possuem, sendo: 1º) Fundo de reserva especial Cr\$ 344.125,09 (trezentos e quarenta e quatro mil, cento e vinte e cinco cruzeiros e nove centavos); 2º) Fundo correção monetária do ativo imobilizado — Cr\$ 563.136,34 (quinhentos e sessenta e três mil, cento e trinta e seis cruzeiros e trinta e quatro centavos); 3º) Fundo para manutenção capital de giro próprio — Cr\$ 153.200,80 (cento e cinquenta e três mil, duzentos cruzeiros e oitenta centavos); 4º) fundo participação em valorização de ações — Cr\$ 1.433,98 (um mil, quatrocentos e trinta e três cruzeiros e noventa e oito centavos); 5º) fundo ref. rendimento obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional — Cr\$ 3.065,79 (tres mil e sessenta e cinco cruzeiros e setenta e nove centavos); b) Cr\$ 535.038,00 (quinhentos e trinta e cinco mil e trinta e oito cruzeiros) com aproveitamento de direitos creditórios que os senhores acionistas mantem nesta sociedade. Estes itens dão exatamente Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros), importância do aumento que ora propomos. Com este aumento deverão também ser alterados os estatutos sociais em seu artigo 5º e parágrafo único do mesmo artigo, os quais passarão a ter a seguinte redação: Art. 5º — O capital social total a ele realizado é de Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros), dividido em 4.800.000 (quatro milhões e oitocentas mil) ações ordinárias nominativas de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, distribuído da seguinte forma: a) Seção Industrial — Cr\$ 4.740.000,00 (quatro milhões e setecentos e quarenta mil cruzeiros) e b) Seção Comercial — Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros). Parágrafo único — A sociedade poderá emitir títulos múltiplos, conforme a conveniência dos acionistas, sendo possível o desdobramento desses títulos, de acordo com o pedido e a conveniência de seus possuidores e deliberação da diretoria. Esta a proposta que submetemos à apreciação dos senhores acionistas. Joinville, 18 de abril de 1972: Arno Waldemar Döhler Jor., diretor-presidente, Werner Schmalz, diretor financeiro, Roland Döhler, diretor-superintendente e Udo Döhler, diretor-administrativo. Parecer do conselho fiscal — Os infra-assinados, membros do conselho fiscal da firma Döhler S. A. Comércio e Indústria, reunidos na sede social da citada sociedade, onde foram convocados pelo senhor presidente da mesma, com a finalidade de tomarem conhecimento da proposta da diretoria acerca do aumento do capital social de Cr\$ 3.200.000,00 (tres milhões e duzentos mil cruzeiros) para Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros) e alteração de parte dos estatutos, são do parecer que a referida proposta seja aprovada pela assembléia geral dos acionistas. Recomendamos, igualmente, sejam aprovadas as modalidades da realização do aumento, bem como a alteração dos estatutos na forma proposta. Joinville, 16 de maio de 1972. Theodoro Leye, Werner Manteufel e dr. Aymeré Palhares. Finda a leitura o senhor presidente submeteu a proposta da diretoria e o parecer do

conselho fiscal à discussão. Não havendo quem quisesse discutí-los, foram ditos documentos postos em votação e aprovados por unanimidade. Disse então o presidente que, estando presente a totalidade dos acionistas, seria possível a tomada imediata das ações mediante o preenchimento e assinatura do boletim de subscrição. A assembléia acolheu favoravelmente e aprovou por unanimidade esta sugestão. Consultados, pois, pelo senhor presidente os acionistas se, de acordo com o art. 111 do decreto-lei n. 2.627, de 26.9.1940, desejavam fazer uso de seu direito de preferência na tomada de novas ações, foi por eles declarado, um a um, que iriam fazer uso desse direito. Foi suspensa a sessão pelo tempo necessário, à elaboração e subscrição do boletim de subscrição, não constando do mesmo as ações que couberam aos acionistas como benefício em virtude do aproveitamento de diversos fundos. Reaberta a sessão, constatou-se a tomada e subscrição total do aumento de capital ora autorizado, sendo o seguinte o boletim de subscrição: Döhler S. A. Comércio e Indústria — Boletim de subscrição particular do aumento de capital social autoriza na assembléia geral que ora se esta realizando, aumento esse que é de Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros), indo o capital social de Cr\$ 3.200.000,00 para Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros). O presente aumento é submetido a subscrição voluntária dos senhores acionistas e será integralizado com direitos creditórios no valor de Cr\$ 535.038,00 (quinhentos e trinta e cinco mil e trinta e oito cruzeiros) observado o disposto no artigo 111, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, sendo que a diferença de Cr\$ 1.064.962,00 corresponde ao aproveitamento de diversos fundos, que será distribuído aos acionistas em novas ações na proporção das que já possuem. Seguem os números de ordem de 1 a 16 e, na ordem, o nome do subscritor, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio, número de ações, valor integralizado com créditos, assinatura: 1 — Anne Lore Schmalz, brasileira, solteira, doméstica, Joinville, 6.737, Cr\$ 6.737,00 (ass.) Anne-Lore Schmalz; 2 — Arno Waldemar Döhler — brasileiro — casado — industrial — Joinville — 88.000 — Cr\$ 88.000,00 (ass.) Arno Waldemar Döhler Jor. — brasileiro — casado — industrial — Joinville — 55.000 — Cr\$ 55.000,00 (ass.) Arno Waldemar Döhler; 4 — Elgin Gromann — brasileira — casada — doméstica — Blumenau — 2.898 — Cr\$ 2.898,00 (ass.) — Elgin Gromann — pp. Udo Döhler; 5 — Elsa Döhler — brasileira — viúva — doméstica — Joinville — 13.000 — Cr\$ 13.000,00 (ass.) Elsa Döhler; 6 — Ingo Döhler — brasileiro — casado — industrial — Joinville — 50.500 — Cr\$ 50.500,00 (ass.) Ingo Döhler — pp. Marga Döhler; 7 — Ingrid Borck — brasileira — casada — doméstica — Joinville — 1.010 — Cr\$ 1.010,00 (ass.) Ingrid Borck; 8 — Ingwald Döhler — brasileiro — solteiro — estudante — Joinville — 13.000 — Cr\$ 13.000,00 (ass.) Ingwald Döhler — pp. Marga Döhler; 9 — Lilly Kaesemodel — brasileira — casada — doméstica — Joinville — 4.818 — Cr\$ 4.818,00 (ass.) Lilly Kaesemodel; 10 — Luiza Schulz Döhler — brasileira — casada — doméstica — Joinville — 673 — Cr\$ 673,00 (ass.) Luiza Schulz Döhler; 11 — Marga Döhler — brasileira — casada — doméstica — Joinville — 1.373 — Cr\$ 1.373,00 (ass.) Marga Döhler; 12 — Roland

Döhler — brasileiro — casado — industrial — Joinville — 155.100 — Cr\$ 155.100,00 (ass.) Roland Döhler; 13 — Rudolfo Schmalz — brasileiro — casado — industrial — Joinville — 41.000 — Cr\$ 41.000,00 (ass.) Rudolfo Schmalz; 14 — Udo Döhler — brasileiro — casado — industrial — Joinville — 72.000 — Cr\$ 72.000,00 (ass.) Udo Döhler; 15 — Werner Schmalz — brasileiro — casado — industrial — Joinville — 27.000 — Cr\$ 27.000,00 (ass.) Werner Schmalz; 16 — Wolga Thereza Hertha Schmalz — brasileira — casada — doméstica — Joinville — 2.929 — Cr\$ 2.929,00 (ass.) Wolga Thereza Hertha Schmalz. Total Cr\$ 535.038,00. Joinville, 26 de maio de 1972. Arno Waldemar Döhler Jor., diretor-presidente. Declarou o senhor presidente que face ao exposto, fica efetivado o aumento do capital para Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros), passando o artigo 5º e seu parágrafo único dos estatutos a vigorar com a redação constante da proposta da diretoria. A diretoria providenciará o cumprimento das demais formalidades complementares, respectivamente ao aumento do capital e alteração dos estatutos hoje aprovados, tais como: emissão de novas ações e, assim por diante. Ato contínuo passando-se ao último item da ordem do dia o presidente facultou a palavra aos acionistas e, como ninguém quisesse fazer uso dela, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes e vai pelos mesmos assinada. Joinville, 26 de maio de 1972. Udo Döhler, secretário. (ass.) Udo Döhler, secretário — Elgin Gromann, pp. Udo Döhler — Elsa Döhler — Ingrid Borck — Wolga Thereza Hertha Schmalz — Anne-Lore Schmalz — Marga Döhler — Ingo Döhler, pp. Marga Döhler — Ingwald Döhler, pp. Marga Döhler — Arno Waldemar Döhler Jor. — Arno Waldemar Döhler — Roland Döhler — Werner Schmalz — Luiza Schulz Döhler — Lilly Kaesemodel — Rudolfo Schmalz. Firmas reconhecidas no Cartório Darcy Schroeder Cubas. Declaro que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro de atas número 3, às páginas 13 verso, 14, 14 verso, 15, 15 verso e 16, e serem autênticas as assinaturas que constam na mesma. Joinville 26 de maio de 1972. Udo Döhler, secretário. Reconheço a firma indicada com a seta de meu uso, do que dou fé. Em testemunho DSC. da verdade. Darcy S. Cubas, Tabelião.

CERTIDÃO

Certifico que o original da presente foi arquivado sob n. 36.237, por despacho da Junta Comercial do Estado, em sessão de hoje. Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 27 de junho de 1972. Olírio Cruz, pelo Secretário Geral.

(4.104)

CASA MEYER COMERCIAL E INDUSTRIAL S. A.

Retificações

(Diário Oficial de 29.6.72) Página 21, coluna 2, 4a. linha, onde se lê: inclusive admitir funcionários ..., leia-se: ... inclusive admitir e demitir funcionários ...; Na mesma coluna, 25a. linha, onde se lê: ... os diretores adjunto ..., leia-se: ... os diretores adjuntos ...; Na coluna 3, 19a. linha, onde se lê: ... e diretor vice-pre-

sidente ..., leia-se: ... e diretor adjunto. Na mesma coluna, 35a. linha, onde se lê: ... CPF, 009.987.209 ..., leia-se: ... CPF, 009.978.209 ... (3.696)

- x -

"FUNDEMO — FUNDIÇÃO E MAQUINAS S. A."

C. G. C. — M. F. — n. 84.695.072

Assembléia geral extraordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital ficam convocados os senhores acionistas da Fundação e Máquinas S. A., para se reunirem em assembléia geral extraordinária no próximo dia 21 de julho corrente, às 16 horas, na sede social da empresa, à rua Humberto de Campos n. 70, nesta cidade de Joinville Estado de Sta. Catarina, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1) Verificação e ratificação do aumento do capital social, de Cr\$ 275.000,00, para Cr\$ 400.000,00 por subscrição particular de 75.000 ações ordinárias e 50.000 preferenciais conforme de liberado e autorizado pela assembléia geral extraordinária de 30 de setembro de 1970;

2) alteração do art. 5º do estatuto social;

3) assuntos diversos, do interesse da sociedade. Joinville (SC), 10 de julho de 1972.

Hildebrando Soares, diretor-gerente.

Léo Mertens, diretor financeiro.

(3x1) (4145) (3 x 2)

- x -

"MACEDO" INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADO S. A.

CGC 84.294.586/001

Assembléia geral extraordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os srs. acionistas para a assembléia geral extraordinária a realizar-se no próximo dia 22 (vinte e dois), às 8 (oito) horas, em nosso escritório central, sito à rua Hercílio Luz n. 54, 1º andar, nesta cidade de Itajaí SC, com a seguinte

Ordem do dia

1º) Apreciação, discussão e aprovação de proposta da diretoria e parecer do conselho fiscal, sobre: a) alteração do capital social, de Cr\$ 3.307.278,00 para Cr\$ 3.817.018,00, mediante a incorporação de fundos e reservas livres, no total de Cr\$ 509.740,00, já computados Cr\$ 196.600,00 da correção monetária do ativo; b) incorporação de recursos de incentivos fiscais liberados pela SUDEPE, no montante de Cr\$ 811.298,00, alterando-se o capital social para Cr\$ 4.628.316,00;

2º) alteração parcial dos estatutos sociais (art. 5º — do capital); 3º) assuntos gerais de interesse da sociedade.

Itajaí (SC), 10 de julho de 1972.

Lio César de Macedo, diretor-superintendente.

Alsonir G. Pereira, procurador. (3x1) (4159) (3 x 2)

N

FABRIL INGOTEX S. A.

CGCMF. — 84.043.082

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Dando cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, vimos apresentar aos prezados senhores, para o respectivo exame, o balanço geral, contas de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, relativo ao exercício de 1971.

Pelos referidos documentos, pode-se claramente fixar a orientação de nossos atos administrativos, e a situação geral da sociedade, estando ainda esta diretoria ao inteiro dispor dos acionistas, para esclarecer quaisquer dúvidas.

Gaspar, 2 de março de 1972.

A DIRETORIA

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971

A T I V O

Disponível

Caixa e Bancos 37.268,10

Realizável à curto prazo

Devedores por duplicatas e estoques 996.506,39

Realizável a longo prazo

Creditos, depósitos e investimentos fiscais 26.021,59

Imobilizado

Bens efetivos, bens corrigidos e vinculações 347.840,45

Compensação

Empenhos, valores de terceiros e valores em poder de terceiros 248.890,57

Total 1.656.527,10

P A S S I V O

Exigível a curto prazo

Credores, responsabilidades e arrecadação por conta de terceiros 774.276,78

Exigível a longo prazo

Acionistas e responsabilidades 169.355,78

Resultado pendente

A disposição da assembléia 31.541,56

Não exigível

Capital, provisões e depreciações 432.462,41

Compensação

Empenhos, valores de terceiros e valores em poder de terceiros 248.890,57

Total 1.656.527,10

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971

C R É D I T O

Receitas

Resultado das operações sociais 1.614.793,74

Receitas eventuais 6.701,65

Recuperações de provisões 11.435,98

Variações

Inventário de produtos 26.838,74

Total 1.659.770,11

D É B I T O

Contas de custo

Custo Industrial 963.664,43

Custo Comercial 599.623,74

Distribuição do resultado

Retiro 64.940,38

A destinar 31.541,56

Total 1.659.770,11

Gaspar, 31 de dezembro de 1971.

Ingo W. Scharf, diretor-presidente — CPF — ..
009.964.759.Evelyn S. Scharf, diretor vice-presidente — CPF
073.227.459.

Responsável Técnico — Ingo W. Scharf, Contabilista, Economista e Administrador de Empresas — Reg. CRC-SC 4937 — CREP e CRTA 0219

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros efetivos do conselho fiscal da Fabril Ingotex S. A., tendo examinado minuciosamente o balanço geral, contas de lucros e perdas, livros de contabilidade e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1971, encontrando tudo na mais perfeita ordem, os aprovam plenamente, bem como recomendam a aprovação da assembléia geral ordinária convocada para 20 de abril de 1972.

Gaspar, 3 de março de 1972.

Arno Knuth
Dr. Leopoldo Franzoi
Dr. Valmor Beduschi

(4129)

x

CIA. INDUSTRIAL DE PLÁSTICOS — CIPLA

CGCMF N. 84.683.515/001

Assembléia geral extraordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da Cia. Industrial de Plásticos Cipla, para se reunirem em assembléia geral extraordinária, a realizar-se no dia 21 de julho de 1972, às 10 horas, na sede social, na Av. Getúlio Vargas n. 1.619, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1 — Alteração parcial dos estatutos sociais;
2 — apreciação de deliberações da diretoria;
3 — outros assuntos de interesse da sociedade.

Joinville, 07 de julho de 1972.

João Hansen Júnior, diretor-presidente.

(3x1)

(4153)

(3 x 2)

MERCANTIL E INCORPORADORA RABE S. A. — BLUMENAU SC

CGCMF 82.649.393/001

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembléia geral extraordinária

Pelo presente são convidados os senhores acionistas desta sociedade, de, a comparecerem a assembléia geral extraordinária a realizar-se no dia 24 de julho de 1972, às 16,00 horas, na sede social sita a rua XV de Novembro, 550 — 15 andar — Conjunto 1056, nesta cidade de Blumenau, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

Ordem do dia

1) Incorporação dos bens de firma Construtora Koester & Almeida.

2) eleição do diretor técnico.

3) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Blumenau (SC) 07 de julho de 1972.

Arthur Rabe Júnior, diretor-presidente.

(3x1)

(3 x 2)

(4141)

TEXTIL LADEVIG S. A.

C. G. C. M. F. n. 84.228.089/001

Assembléia geral extraordinária

CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas da Textil Ladevig S. A., a se reunirem em assembléia geral extraordinária, na sua sede social, em Estrada das Areias s/n., nesta cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, em 1ª convocação às

9,00 horas; em 2ª convocação às 9,30 horas e última convocação às 10,00 horas, do dia 24 de julho de 1972, a fim de deliberarem sobre a seguinte:

Ordem do dia

1º) Apreciação e aprovação do balanço semestral;

2º) Alteração estatutária.

3º) Estudo de possibilidade de ampliação de atividade industrial em outros campos.

4º) Ratificação do aumento do capital social.

5º) Outros assuntos da sociedade.

Indaial SC., 06 de julho de 1972.

Eliabio Arno Schunke, diretor,
CIC 006112129.

(3 x 1 — 4.070)

(3x2)

CERTIFICADOS EXTRAVIADOS

Certificado de propriedade n. ... 336.001 SC., pertencente ao sr. Manoel de Souza, placa ST.0194, marca Willys, especie Rural, motor n. MB. 054.968, emplacado em 30.06.72. Em Santo Amaro da Imperatriz, Santo Amaro da Imperatriz, 06 de julho de 1972.

Manoel de Souza, o proprietário.
(3 x 1 — 4.082)

(3 x 2)

Declaro para os devidos fins, que foi extraviado o certificado do caminhão, Mercedes Benz, ano 1972, motor n. 344.963.1600.3045 e chassis n. ... 345.005.1600.1463, com seis cilindros, e com 145 HP, de propriedade do sr. Manoel Antonio Monteiro, residente em Santa Rosa, neste Estado.

Santa Rosa, 30 de junho de 1972.

Getúlio Lemos Duarte, Delegado.

(3x1)

(4095)

(3x2)

Declaro para os devidos fins que foi extraviado o certificado de propriedade de Alcides Cirimbelli, com as seguintes características:

Especie: Jeep Willis ano 1957, 4 cilindros, 60 HP, cor azul n. do motor 4. J 142613 e chassis J 4 .. 5675 BR 000221.

Araranguá, 03 de julho de 1972.

Edevaldo Fabiano Maciel.

(3x1)

(3969)

(3 x 2)

DECLARAÇÃO

Eu, Ari Nardino Praessler, residente à rua Paulo Marcos, 248, apt. 301, em Criciúma, no Estado de Santa Catarina, engenheiro eletricitista, declaro para os devidos fins e efeitos ter extraviado minha carteira do registro profissional no CREA 8ª região.

Criciúma, 18 de junho de 1972.

Ari Nardino Praessler.

(3x1)

(3933)

CIA. DE PESCA BAIA-MAR

Ata da assembléa geral extraordinária

Aos 12 (doze) dias do mês de junho de 1971 (um mil novecentos e setenta e um), pelas 10 (dez) horas, na sede da sociedade, na localidade de Espinheiros, município de Joinville, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em assembléa geral extraordinária os acionistas da referida sociedade, representando mais de dois terços do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no "livro de presença", que acusou o comparecimento de portadores de 228.400 ações ordinárias. Assumiu a presidência o diretor-presidente, sr. Felinto Jordan, convidando para secretário a mim, Lindolfo da Silva König Jr., ficando assim constituída a mesa. Verificado haver numero legal de acionistas e de ações, o sr. presidente declarou aberta a sessão, mandando que eu, secretário procedesse a leitura do edital de convocação da presente assembléa, publicado por 3 (tres) vezes no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, edições números 9.257, 9.260 e 9.261, de respectivamente, 2, 7 e 8 de junho de 1971, bem como no jornal local "A Notícia", edições números 11.315, 11.316 e 11.317, de, respectivamente, 29 e 30 de maio e 1º de junho de 1971, e de cujo edital consta a seguinte ordem do dia: 1 - Preenchimento de vaga na diretoria. Passando ao único item da ordem do dia, o sr. presidente informou que a presente assembléa havia sido convocada para examinar a situação: ao do atual diretor-superintendente, da empresa, sr. Jean Caradec, o qual, sem declinar suas razões desde o dia 30 de abril p.p.d. vinha deixando de prestar seus serviços a empresa, situação esta que deveria ser sanada com a nomeação de um novo diretor. Acrescentou o sr. presidente que no interím o referido diretor-superintendente havia formalizado sua renúncia através de ofício de 8 do corrente dirido a esta assembléa. Discutido o assunto, resolveu a assembléa aceitar por unanimidade a renúncia do sr. Jean Caradec ao cargo de diretor-superintendente. Vago assim este cargo, propôs o sr. presidente o seu preenchimento pelo sr. Francisco da Silveira Medeiros, atual gerente administrativo, que já há algum tempo vem colaborando com a diretoria. Posta em discussão e votação foi também aprovada esta proposta, passando o sr. Francisco da Silveira Medeiros, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Joinville, Santa Catarina, C. P. F. n. 113810419, a ocupar o cargo de diretor-superintendente a partir desta data e até o término do mandato da atual diretoria, e com os honorários equivalentes aos atuais vencimentos de gerente, acrescidos da verba de representação de 15%. De acordo com os estatutos sociais, a posse se fará mediante termo no livro de "atas da reunião da diretoria" e prestação da caução em ações. Os demais cargos da diretoria, por decisão unânime da assembléa, permanecerão vagos até que o seu preenchimento se faça necessário pela evolução da implantação da empresa. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o sr. presidente agradeceu a presença dos srs. acionistas, e deu por encerrada a presente assembléa, mandando que se lavrasse a presente ata que depois de lida, conferida e achada conforme, foi aprovada e vai assinada pela mesa e pelos acio-

nistas presentes. Eu, Lindolfo da Silva König Jr., secretário, a fiz, escrevi e assino. Seguem-se as assinaturas de: Felinto Jordan, presidente, Lindolfo da Silva König Jr., Com. e Ind. H. Jordan S. A. Dario Pereira, diretor, Cia. Jordan de Veiculos - Gustavo O. C. Gerken, diretor e Francisco da Silveira Medeiros, e p/Roberto Jordan - Felinto Jordan. Confere a presente copia com o original, da ata lançada as páginas 33, 34 e 35 do livro de atas de assembléas gerais da "Cia. de Pesca Baia-Mar", tendo as assinaturas reconhecidas pelo Cartório Rodrigo Octávio Lobo, de Joinville, em 25 de junho de 1971 Lindolfo da Silva König Júnior, secretário. Reconheço a firma indicada com a seta de meu uso, de que dou fe. Joinville, 25 de junho de 1971. Em testemunho ROL da verdade. Rodrigo Octavio Lobo, Tabelião.

CERTIDÃO

Certifico que o original da presente foi arquivado sob n. 34.296, por despacho da Junta Comercial do Estado, em sessão de hoje. Secretária da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 1º de julho de 1971. Ovírio Cruz, p/sedretário geral. (4.111)

EXTRATO DOS ESTATUTOS DA CASA "ANDRÉ LUIZ"

- 1) Sede e fôro: Cidade e comarca de Joinville. 2) Finalidades: Prevenir e promover a integração do menor através da educação orientada para o trabalho, evitando-se desmembrá-lo da convivência familiar. A Casa André Luiz é criada para se constituir em campo de estágio, aplicação e experimentação do programa educacional e de bem-estar social da Fundação de Educação e Cultura Espírita "Paraná - Santa Catarina".
 - 3) Duração: indeterminado.
 - 4) Dos sócios: Poderão ser admitidos como sócios colaboradores, todas as pessoas que o desejarem, de ambos os sexo e sem distinção de raça, credo, nacionalidade e categoria social.
 - 5) Diretoria: A Casa será administrada por uma Coordenação Geral, por uma diretoria executiva de 5 membros e por um conselho fiscal de 3 membros e 3 suplentes. A diretoria executiva será composta de um diretor-executivo, um 1º vice-diretor, um 2º vice-diretor, um secretário e um tesoureiro.
 - 6) Dissolução da Casa: Em caso de dissolução, o seu patrimônio será incorporado ao patrimônio da Fundação de Educação e Cultura Espírita "Paraná-Santa Catarina".
- Assinatura: Octávio M. Ulysséa (4158)

NELSON WALTER S. A. COMÉRCIOS REUNIDOS

Ata da 23ª assembléa geral ordinária

Aos 18 (dezoito) dias do mês de abril de 1972, as 9 (nove) horas, reuniram-se em assembléa geral ordinária, os acionistas da Nelson Walter S. A. Comercios Reunidos, em sua sede social, à rua São Joaquim n. 90, Joinville, Santa Catarina, achando-se presentes acionistas que representavam a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro de presença da sociedade. Eleito o acionista Nelson Walter para presidir a sessão, convidou para secretariar, a mim, Marianna Walter Dedekind, dando assim

início aos trabalhos. Em seguida deliberaram os presentes, por unanimidade de votos, o seguinte. 1º) Aprovar após minucioso exame da documentação correspondente o balanço geral e contas de lucros e perdas referente ao ano de 1971, acompanhados do respectivo parecer favorável do conselho fiscal. 2º) Eleger, para o período de 1º de maio de 1972 a 30 de abril de 1973, o seguinte conselho fiscal: Para membros efetivos os srs. Norberto Cubas da Silva, Darcy Schroeder Cubas e Rolf W. Aitenburg e, para suplentes, os srs. Guenther Oswald Weber, Host Risenhut e Theodoro Leye, fixando para os mesmos uma remuneração de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) por sessão assistida. Livre a palavra e como ninguém dela fizesse uso, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por todos os acionistas presentes. Marianna Walter Dedekind, Nelson Walter, Marina Walter, Ronald Martin Dedekind, Mário Fernandes Walter, Renato Carlos Walter, Haroldo Oswald Silva. A presente copia datilografada confere com o original que se encontra lavrado no livro n. 2 do livro de atas das assembléas, à página n. 4 e verso n. 5. Marianna Walter Dedekind. Reconheço as firmas indicadas com a seta de meu uso, do que dou fe. Joinville, 27 de abril de 1972. Em test. RS. da verdade. Ruth Silva, Oficial Malor.

CERTIDÃO

Certifico que o original da presente foi arquivado sob n. 36.204, por despacho da Junta Comercial do Estado, em sessão de hoje. Secretária da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 22 de junho de 1972. Ovírio Cruz, pelo secretário geral. (4103)

METALÚRGICA TIMBOENSE S. A. - METISA

CGCMF N. 86.375.425/001

Assembléa geral ordinária EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas desta sociedade para comparecerem à assembléa geral ordinária, a ser realizada em 20 de julho de 1972, às 8 horas, na sede da sociedade, sita à Avenida Nereu Ramos, 95 em Timbó SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º) Exame, discussão e aprovação do balanço geral conta lucros e perdas e demais documentos correspondentes ao exercício encerrado em 30 de junho de 1972;
 - 2º) eleição da diretoria para o quadriênio de 1972 à 1976 inclusive;
 - 3º) eleição dos membros efetivos e suplentes do conselho fiscal;
 - 4º) assuntos diversos de interesse social.
- Timbó, 3 de julho de 1972. Richard Paul Júnior, presidente. (3x1) (4161)

Assembléa geral extraordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas desta sociedade, para comparecerem à assembléa geral extraordinária, a realizar-se no dia 28 de julho de 1972, às 10 horas, na sede da sociedade, sita à Avenida

Nereu Ramos, 95, em Timbó SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia. 1º) Aumento do capital social de Cr\$ 2.700.000,00 para Cr\$ 3.105.000,00, mediante incorporação de reservas; 2º) alteração dos artigos 5º e 6º dos estatutos sociais; 3º) autorização para aumento do capital social de Cr\$ 3.105.000,00 para Cr\$ 5.000.000,00, com a emissão de 947.500 ações ordinárias e 947.500 ações preferenciais classe "A", mediante subscrição particular. 4º) assuntos diversos de interesse social. Timbó, 10 de julho de 1972. Richard Paul Júnior, presidente. (3x1) (4162)

CERTIFICADO EXTRAVIADO

Declaro para os devidos fins que foi extraviado o certificado de registro de n. 160.416, do veículo de minha propriedade de marca, Ford Corcel, ano 1971, de cor azul turquesa, motor n. 09117, chassis n. 1B23D-125.728. Para efeitos de validade assino a presente declaração. Araranguá, 10 de julho de 1972. (Ass.) Alvim Antônio Estevam. (3x1) (4152)

GRÊMIO ESPORTIVO INDUSTRIAL

Reforma dos estatutos sociais

Pelo presente instrumento de alteração dos estatutos, o Grêmio Esportivo Industrial reforma, por decisão de sua assembléa geral extraordinária, efetivada no dia 07 de maio de 1972, seus estatutos, fazendo-o da seguinte forma: Art. 1º - Cria o fundo beneficente.

CAPÍTULO XIV Fundo beneficente

Art. 65 - Fica instituído o Fundo Beneficente, de 10 salários mínimos da região, através ao qual a sociedade, pagará aos herdeiros dos sócios que vierem a falecer, na plenitude dos seus direitos sociais, a importância de 10 (dez) salários da região. Art. 66 - Para o atendimento do pecúlio, fica estabelecido uma contribuição extraordinária em dobro da mensalidade, toda a vez que ocorrer um falecimento, e que será cobrada de todos os associados sem distinção de categoria, esta taxa será proporcional ao aumento da mensalidade. Art. 67 - As contribuições para o fundo beneficente, serão recolhidas pela sociedade e levadas a uma conta bancária especial e vinculada.

Parágrafo único - Fica a diretoria impedida de criar benefícios fora das finalidades de que trata o artigo 65. Art. 2º - Os atuais artigos 65/66 passarão a ser os arts. 68/69. Art. 3º - A disposição final passa a ser precedida da expressão:

Capítulo XV

Art. 4º - A presente alteração deverá ser levada ao registro competente. Art. 5º - A presente alteração se contém na ata da assembléa geral extraordinária do dia 07 de maio de 1972, às págs. 60 e verso do livro de presenças para as assembléas. Chapeco (SC), 07 de maio de 1972. Presidente: S'ad Antônio Sa'quis. Albino de Campos Coletti, secretário do Grêmio E. Industrial. (4165)